

Universidade Federal do Ceará - UFC  
Faculdade de Economia, Administração,  
Atuária e Contabilidade - FEAC  
Curso de Ciências Econômicas

POLÍTICA INDUSTRIAL DO CEARÁ:  
ALGUMAS EVIDÊNCIAS

Luciana Matos Nogueira

Fortaleza  
1997.2

Monografia aprovada em \_\_ de dezembro de 1997.

---

**PROF. FRANCISCO DE ASSIS SOARES  
(ORIENTADOR)**

---

**PROF<sup>a</sup>. JOANA D'ARC DE OLIVEIRA  
(COMPONENTE DA BANCA EXAMINADORA)**

---

**PROF. SÉRGIO VITORINO BEZERRA NOGUEIRA  
(COMPONENTE DA BANCA EXAMINADORA)**

Monografia submetida a coordenação do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

# AGRADECIMENTOS

Agradeço algumas pessoas pois sem elas seria impossível a realização desse trabalho:

ao meu pai por ser meu mestre e amigo;

à minha mãe por sua imensa dedicação;

ao meu noivo André por confiar em mim;

ao meu orientador, professor Chico Soares, por suas minuciosas críticas que tanto valorizaram meu trabalho;

à professora Joana D'Arc por sua preocupação e amizade e

aos componentes da banca por suas ricas contribuições.

# *RESUMO*

Esta monografia apresenta inicialmente uma base conceitual de onde surge e o que venha ser Política Industrial e faz uma análise dos seus instrumentos, instituições e políticas a ela relacionados

Avalia, em particular, a Política Industrial do Ceará a partir de 1987, analisando o seu histórico e a reforma implementada pelo Estado para obter respaldo político.

Apresenta os incentivos concedidos pelo Estado para instalação de indústrias, financiamentos e atuação da sociedade civil, bem como os objetivos eleitos pelo atual governo (1995-1998) como prioritários e seus resultados a partir de programas propostos.

# SUMÁRIO

Introdução.....	9
<i>Primeiro capítulo</i>	
<i>1. Política Industrial</i>	
1.1 Surgimento da Concepção.....	11
1.2 Definição.....	12
1.3 Instrumentos e políticas relacionadas.....	14
1.4 Instituições gerais.....	21
1.5 Políticas Horizontais x Políticas Verticais.....	22
1.5.1 Instituições Específicas da Política Horizontal.....	24
1.5.2 Instituições Específicas da Política Setorial.....	26
1.5.3 Instituições Específicas da Política Regional.....	27
1.6 Elementos.....	27
<i>Segundo Capítulo</i>	
<i>2. Política Industrial do Ceará - Estruturação</i>	
2.1 Concepção.....	30
2.2 Objetivos e Linhas de Ação.....	33
2.3 Questões estratégicas.....	35
2.4 Reforma do Estado.....	36
2.5 Incentivos.....	40
2.6 Iniciativa Privada - Pacto de Cooperação.....	50
2.6.1 Resultados das ações propostas pelo Pacto de Cooperação na área de Política Industrial.....	53
<i>Terceiro Capítulo</i>	
<i>3. Política Industrial do Ceará - Resultados</i>	
3.1 Evolução Econômica do Estado do Ceará (1987-1996).....	57
3.2 Políticas de Caráter Horizontal.....	58
3.2.1 Infra-estrutura física relacionada à atividade industrial.....	58
3.2.2 Capacitação da mão-de-obra e mobilização da Secretária de Ciência e Tecnologia e de seus órgãos vinculados.....	60

3.2.2.1 Programa de Capacitação de Recursos Humanos.....	61
3.2.2.2 Programa de Capacitação Laboratorial.....	67
3.2.2.3 Programa de Difusão Tecnológica.....	68
3.3 Políticas de Caráter Vertical.....	73
3.3.1 Política de Interiorização do Desenvolvimento.....	73
3.3.2 Irrigação e Pólos Agroindustriais.....	80
Conclusão.....	82
Bibliografia Consultada .....	84

Anexo

# *ÍNDICE DE TABELAS, GRÁFICOS E MAPAS*

<i>Tabela 1- Intituições atuantes na implementação dos instrumentos relacionados a Política Industrial.....</i>	<i>22</i>
<i>Tabela 2- Ceará- Renúncias Fiascais do ICMS segundo as Regiões do Estado.....</i>	<i>42</i>
<i>Tabela 3-Ceará- Número de Cursos profissionalizantes ministrados nos municípios que compõem os CVTs.....</i>	<i>62</i>
<i>Tabela 4-Ceará- Relação dos Cursos profissionalizantes ministrados nos CVTs.....</i>	<i>63</i>
<i>Tabela 5-Ceará -Relação da Distribuição dos alunos ( aprovados no concurso público) nos cursos do CENTEC de Limoeiro do Norte.</i>	<i>65</i>
<i>Tabela 6-Ceará- Equipamentos instalados nos CVTs e instituições públicas.....</i>	<i>67</i>
<i>Tabela 7-Ceará- Quantidade de Cursos realizados e pessoas treinadas no NUTEC no período de 1995 à 1997.....</i>	<i>68</i>
<i>Tabela 8-Ceará- Programa de Promoção Industrial e Atração de Investimentos.....</i>	<i>74</i>

<i>Tabela 9-Ceará- Quantidade de Empresas que estão funcionando nos municípios.....</i>	<i>76</i>
<i>Tabela 10-Ceará- Classificação das Linhas de Produção por regiões.....</i>	<i>.77</i>
<i>Gráfico 1 - Ceará (alunos treinados).....</i>	<i>71</i>
<i>Gráfico 2 - Ceará (trabalhando na área).....</i>	<i>71</i>
<i>Gráfico 3 - Ceará (ocupação).....</i>	<i>72</i>
<i>Gráfico 4 - Ceará (fora da área).....</i>	<i>72</i>
<i>Mapa - Linhas de Produção que compõe o Estado do Ceará (1995-1997).....</i>	<i>79</i>

# *INTRODUÇÃO*

A globalização da economia vem se processando em ritmo acelerado, induzindo a reestruturação do parque industrial.

O Ceará se integrou com certa facilidade nesse contexto recente de transformações econômicas, antes mesmo de ter se dado a abertura comercial pelo Governo Collor em 1990, mercê de governos austeros, que vêm, desde 1987, proporcionando o equilíbrio das contas públicas, o que lhes vem permitindo conceder incentivos à instalação de novos empreendimentos industriais, colocando o estado em posição privilegiada do ponto de vista regional.

O empresariado cearense aliado ao governo e as entidades sindicais se engaja nessa onda de crescimento industrial, constituindo num movimento chamado “Pacto de Cooperação”, cuja linha programática constitui-se num fórum de debates, gerando idéias e projetos ou alternativas para os problemas da industrialização cearense.

Diante da importância dessas transformações que o Ceará vem passando, a presente monografia apresentará como a política industrial está sendo estruturada, os pontos relevantes que o Estado do Ceará elegeu e que medidas foram implementadas a partir dos programas eleitos pelo governo

como estratégicos, de modo a atingir a passos largos a evolução da economia cearense para uma industrialização moderna.

Para conseguir o que se propõe, o trabalho é estruturado em três capítulos. O primeiro é a base conceitual, onde procura-se definir política industrial apresentando os elementos, instrumentos e políticas que podem atuar conjuntamente, de modo a facilitar o entendimento para os capítulos subsequentes.

O segundo capítulo, trata de como é formada a política industrial do Ceará : concepção, objetivos, incentivos, financiamentos, atuação da sociedade civil (através do Pacto de Cooperação), ou seja, descrevendo, em especial como o último quadriênio está tratando desse tema.

No terceiro capítulo pretende-se apresentar os resultados recentes da política industrial do Ceará a partir dos objetivos e linhas de ações apresentados no capítulo anterior.

# *PRIMEIRO CAPÍTULO*

## 1. Política Industrial

### 1.1 Surgimento da concepção <sup>1</sup>

Em fins da década de 1960, o período de crescimento das economias capitalistas avançadas baseado na internacionalização do padrão de produção em larga escala, nos Estados Unidos, manifestaram sinais de esgotamento, dando origem a um aumento sem precedentes dos fluxos de comércio em nível mundial, fortalecendo o processo de ampliação de escalas e incorporação de progresso técnico que provocaram uma expansão dos fluxos de capitais. Como consequência houve a perda da competitividade da indústria americana para as próprias filiais americanas localizadas no exterior e empresas japonesas que preencheram os hiatos tecnológicos deixados.

Em face dessa crise denominada “crise dos anos 70”, ocorreram também a desorganização do sistema financeiro internacional e as bruscas variações de especulações do câmbio que provocaram a perda de eficácia da política monetária e cambial, gerando pressões de desequilíbrios comerciais e levando os países a adoção de medidas protecionistas.

---

<sup>1</sup> FEITOSA, Paulo César Machado . Idéia de Política Industrial. In : PUC /MG , Cadernos de Economia . Belo Horizonte : 1992, v.1, no. 5

É nesse contexto que surge, nos anos 80, o debate sobre a idéia de política industrial, em especial nos Estados Unidos, como um meio de facilitar a transição do novo padrão de acumulação de capital, que passava de fordista (velha ordem) para pós-fordista (nova ordem) com o surgimento de inovações radicais em especial na microeletrônica, capaz de provocar impactos setoriais para frente e para trás, dando origem a novos paradigmas tecnológicos que minimizavam custos e se difundiram para outros setores da economia.

## 1.2 . Definição

Segundo Johnson (1984), a definição de política industrial, conteúdo, objetivos e instrumentos são questões consideradas como conceitualmente controversas, devido a sua natureza específica. Difere das políticas fiscais e monetárias tradicionais que apresentam um relacionamento claro entre seus objetivos e os meios de atingí-los. “ ***Sua concepção, conteúdo e formas variam, refletindo o estágio de desenvolvimento de uma economia, suas circunstâncias naturais e históricas, suas condições internacionais e sua política econômica, resultando em diferenças consideráveis de nação e de tempos em tempos***” ( FEITOSA apud Johnson 1984, p.6) .

Essa natureza variável da política industrial torna difícil sua definição, tornando-a controversa, pois ela pode ser entendida como a definição do papel do governo na economia, o complemento das políticas monetárias e fiscais,

uma forma de minimizar os custos sociais, a busca de competitividade internacional, etc.

Porém se procurarmos defini-la de uma forma mais geral, partindo do princípio de que a política industrial é uma forma de ação / intervenção do governo em uma sociedade, podemos visualizar sua atuação dentro de uma economia fechada e aberta.

Em uma economia fechada, onde o equilíbrio se daria pela utopia do funcionamento das forças de mercado adaptando-se à “perfeição do modelo teórico” , política industrial seria um conjunto de ações, adotadas pelo governo, com o intento de eliminar as “falhas” do mundo real ou imperfeições do mercado, fazendo com que esse mundo real se comporte como abstração teórica. Essas ações seriam esporádicas, devendo desaparecerem à medida em que também o fizessem as motivações que a originaram.

Por outro lado, em uma economia aberta, assim como uma economia fechada, há também variações de sinais emanados pelo mercado que provocam diferentes estratégias de ajustamento por parte das empresas. Esses sinais, dentro de uma economia aberta, são considerados em escala mundial, bem como as estratégias de ajustamento dos vários países e de suas indústrias. Nesse caso, a política industrial adotada pelo governo, atualmente, incluiria a competitividade e o progresso técnico como elementos eficazes que fazem parte da mutação inserida no mercado internacional.

- Brasil está passando por esse processo de abertura comercial desde de 1990, com a Política Industrial e Comércio Exterior (PICE) do Governo Collor, atrasado em relação aos países desenvolvidos, devido, principalmente, ao hiato tecnológico que o separa dos países do Primeiro Mundo. Diante disso, o Brasil começou a ter como objetivo primordial, na sua política industrial, a reestruturação de suas indústrias para se adequar a essa onda de revolução tecnológica, consequência de uma economia aberta, agindo, conjuntamente com instrumentos e outras políticas.

### 1.3 Instrumentos e Políticas relacionadas <sup>2</sup>

Existe uma série de instrumentos e políticas cuja coordenação e sincronia são essenciais para a implementação da Política Industrial. Eles variam de país para país em função de diversos fatores que têm a ver com a tradição local, em termos de intervenção do Estado na economia, posições político-ideológicas dos principais agentes econômicos e as restrições macroeconômicas.

Alguns instrumentos e políticas não são estrita ou exclusivamente da política industrial, mas são essenciais para os objetivos e estratégias industriais e se classificam em: política macroeconômicas, política de comércio exterior

---

<sup>2</sup> Esse tópico é baseado em VILELLA & SUZIGAN. Elementos para Discussão de uma Política Industrial para o Brasil. Brasília, Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), 1996.

(controle das importações e promoção das exportações), políticas de fomento, políticas de financiamento, políticas de competição e regulação, políticas regionais e estaduais de desenvolvimento industrial, políticas de apoio às micro, pequenas e médias empresas e competitividade sistêmica (custo Brasil, Infra-estrutura de C&T e educação).

### **1.3.1 Política Macroeconômica**

A estabilidade é essencial para a política industrial, assim como a retomada do crescimento é imprescindível para a política macroeconômica. A articulação entre as duas é, então, indispensável.

O que une tais políticas são a taxa de câmbio, os juros e as finanças públicas. O câmbio e os juros indicam uma estrutura de preços relativos que vai influenciar o comércio exterior, os fluxos de capital e as decisões de investimento. As finanças públicas determinam a capacidade de investimento e de fomento do setor público.

### **1.3.2 Política de Comércio Exterior**

A política de comércio exterior tem uma função essencial na implementação da política industrial, tanto pelo lado da importação como pelo lado da exportação.

### **1.3.2.1 Importação**

Na implementação da política industrial, a política de comércio exterior pelo lado da importação deve administrar o sistema de proteção de modo que as importações exerçam uma pressão concorrencial no mercado interno, principalmente nestes tempos de reestruturação industrial. Além disso é imprescindível mostrar transparência e estabilidade ao sistema de proteção como parte da estratégia industrial .

### **1.3.2.2 Exportação**

Já pelo lado da exportação, a política de comércio exterior deve buscar reforçar a capacidade das empresas industriais de penetrarem nos mercados externos .

### **1.3.3 Políticas de Fomento**

É um instrumento importante na concessão de incentivos a setores ou indústrias, ao investimento e ao desenvolvimento regional e tecnológico. No entanto, dependem da renúncia fiscal do governo que às vezes acabam em disputas políticas. É importante que os incentivos dessa política sejam voltados para a estratégia industrial, estimulando atividades de P&D, encorajando setores à mudanças e à formação de recursos humanos, etc.

#### 1.3.4 Políticas de Financiamento

A junção dessa política com a política industrial gira em torno de dois objetivos: fornecimento de crédito de longo prazo, para investimento e financiamento de desenvolvimento tecnológico.

Os responsáveis, no Brasil, por esses objetivos são totalmente dependentes dos agentes financeiros do setor público, tais como o BNDES (e sua subsidiária FINAME) para créditos de longo prazo (investimento) e obtenção de bens de capital, e FINEP para financiamento de desenvolvimento científico e tecnológico.

Essas políticas de financiamento dificilmente são atendidas pelo sistema financeiro privado e para isso é necessário reforçar a atuação do sistema BNDES e da FINEP.

#### 1.3.5 Política de Competição/Regulação

As políticas de competição e regulação são políticas complementares, isto é, não são específicas da Política Industrial mas se propõem a criar um ambiente competitivo. O objetivo essencial dessas Políticas,

***“é o de assegurar que as empresas operem num ambiente submetido a permanentes pressões competitivas em suas posições de mercado, de forma não só a coibir abusos de um poder***

*econômico em si legítimo, como também a estimular os ganhos de eficiência e de capacidade inovativa e sua difusão”.* (POSSAS apud VILLELA & SUZIGAN, 1996)

### **1.3.6 Políticas Regionais/ Estaduais de Desenvolvimento Industrial**

Essas políticas ligadas com a política industrial se propõem a reduzir as desigualdades e estimular as atividades com o aproveitamento das potencialidades locais, através da permissão de incentivos fiscais, do fornecimento de crédito em condições favoráveis de prazo e da realização de investimentos em infra- estrutura (abastecimento de água, saneamento, energia, transportes, etc)

Os investimentos e instrumentos são orientados por políticas e programas específicos e é daí que se encontra a dificuldade de coordená-los entre si e com a política industrial.

### **1.3.7 Política de Apoio à Micro, Pequenas e Médias Empresas (PMEs)**

Determinadas políticas são essenciais no âmbito da política industrial, principalmente, como fontes de emprego, estimulando:

- a criação de empresas, com ajuda também, na fase inicial, de empréstimos;
- incentivos de atividades P&D;

- desenvolvimento tecnológico;
- promoção das exportações; e
- associação e cooperação com grandes empresas.

Essas empresas se defrontam com várias dificuldades, porém por se tornarem importantes, os países orientam um conjunto de instrumentos para compensar esses problemas. São eles: incentivos fiscais, financiamento e orientação.

### **1.3.8 Competitividade Sistêmica: Custo Brasil, Infra- estrutura de Capacitação e Tecnologia (C&T), Educação**

A Competitividade Sistêmica é composta de três elementos: custo Brasil, infra-estrutura e educação. Apesar desses elementos não serem preocupação específica da Política Industrial, é importante termos uma visão da importância deles e dos efeitos negativos causados nas indústrias decorrentes do longo período de estagnação dos investimentos nessas áreas.

#### **1.3.8.1 Custo Brasil :**

Segundo o documento da Confederação Nacional da Indústria (1995), a definição do Custo Brasil ***“são aqueles agravantes relacionados ao sistema tributário, a excessiva regulamentação governamental, aos elevados custos de financiamento, deseconomias externas decorrentes da ineficiência e dos custos elevados de infra-estrutura”***.

Para reduzir esses custos torna-se necessária uma parceria da sociedade, do Executivo e do Congresso com o objetivo de agilizar :

- ◆ reforma constitucional
- ◆ cooperação com o setor privado
- ◆ privatização
- ◆ investimentos em infra-estrutura física e social
- ◆ desregulamentação da economia
- ◆ legislação competitiva, incentivando emprego, investimento e definindo o objetivo de países competidores.

#### **1.3.8.2 Infra-estrutura de Capacitação e Tecnologia (C&T) e Política Tecnológica**

É fundamental para a estratégia de política industrial, em termos de aumentar a competitividade, a recuperação e o fortalecimento da capacitação tecnológica, pois para produzir com eficiência não basta apenas o conhecimento técnico e sim, um conhecimento apurado do uso de ciência e tecnologia.

A às mudanças relacionadas devem ser acrescentados as seguintes providências para:

- \* facilitar o acesso à tecnologia
- \* reformar ou criar novos institutos e centros tecnológicos
- \* estimular o setor privado junto com órgãos do Governo

- \* reforçar a integração empresa - universidade
- \* que ocorra interação entre instituições para promover a difusão das informações tecnológicas.

### **1.3.8.3 Educação**

A reestruturação da indústria requer mudanças e isso vem acompanhado de novas tecnológicas e novas formas de organização do trabalho, impondo aos países à educação como recurso básico. Para isso, é preciso um maior engajamento do setor privado para estimular, no Brasil, às empresas através de financiamento e investimento.

## **1.4 Instituições gerais**

É essencial conhecer as instituições governamentais ou privadas que atuam na implementação dos instrumentos relacionados à Política Industrial. (VILELLA & SUZIGAN, 1996, p.44-45)

**Tabela 1-Instituições atuantes na implementação dos instrumentos relacionados a Política Industrial**

<b>ÁREA</b>	<b>ÓRGÃO</b>
Cooperação econômica multilateral (GATT, ALADI E MERCOSUL)	Subsecretária Geral de Integração e Política de Comércio Exterior (MER), Secretária da Receita Federal (MF) e a Secretária de Comércio Exterior (MICT).
Defesa da Concorrência	Secretária do Direito Econômico (SDE) e Conselho de Defesa Econômica (CADE)
Defesa do Consumidor	Procuradoria Geral do Consumidor (PROCON) Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC)
Proteção à propriedade industrial	o Projeto lei no. 115/93
Tributação	Secretaria da Receita Federal (MF)
Capital estrangeiro	BANCO CENTRAL
Propriedade estatal	BNDES (SEPLAN)
Proteção do meio ambiente	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Metrologia e normatização	Conselho Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial (CONMETRO)-órgão normativo-vinculado ao MICT, Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial (INMETRO)-órgão executivo-vinculado ao MICT, Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e órgãos públicos e privados
Relações trabalhistas e capacitação da mão -de-obra	SENAI (órgão privado)

FONTE : IPEA

## 1.5 Políticas Horizontais x Políticas Verticais

Os instrumentos da política industrial são classificados em duas categorias: primeira, os gerais, que se enquadram no âmbito da política

econômica geral (“ortodoxos”), segunda, os específicos (ou “não ortodoxos”). Entre os primeiros estariam os da política comercial, cambial, fiscal e monetária e creditícia. Entre os “não ortodoxos” se incluiriam os programas setoriais e regionais onde há a participação direta do Estado como empresário para desenvolver um certo setor ou a sua atuação como agente financeiro. A insistência dessa dicotomia, entre instrumentos gerais e específicos, aparece na escolha entre medidas e políticas horizontais e medidas e políticas verticais (ou setoriais). (BONELLI, 1994, p.104)

As medidas e políticas horizontais são aquelas que tem como objetivo a ampliação e eficiência do sistema industrial e econômico em sua totalidade, tais como: redução de impostos de importação sobre matérias primas e bens de capital; melhoria da infra-estrutura portuária; ferroviária e rodoviária; programas de educação e treinamento da mão-de-obra; reforma tributária; políticas de concorrência e de proteção contra práticas desleais de comércio; incentivos de crédito e financiamento e agilização de esquemas de transferência e comércio de tecnologia .

Com relação as medidas e políticas verticais ou setoriais, elas são mais discriminatórias e se diferenciam das horizontais ao indicar os segmentos a estimular; a criar incentivos fiscais e creditícios a determinados setores industriais; a coordenar negociações entre segmentos selecionados e a impor requisitos quanto a nacionalização. (BONELLI, 1994, p.104)

A existência de setores na economia impõe uma estratégia setorial, uma visão do futuro do setor na alavancagem de uma política industrial. Visão essa discutida entre Governo e agentes econômicos (empresários, trabalhadores e consumidores). A partir dessa visão, uma estratégia de desenvolvimento setorial se resumiria na identificação dos obstáculos que se opõe à realização potencial competitivo do setor e a implementação de um conjunto de ações para vencer esses obstáculos.

### 1.5.1 Instituições específicas da Política Horizontal

Na política horizontal, os órgãos institucionais responsáveis pela sua execução são os seguintes : ( VILELLA & SUZIGAN,1996, p.46-47)

#### 1.5.1.1 Política de Exportação

- Secretaria de Comércio Exterior do MICT → coordenação da política
- Conselho de Política Fazendária (CONFAZ) → política tributária dos estados
- Banco Central → condições gerais de crédito
- BNDES → concessão de crédito às exportações de ciclo longo

#### 1.5.1.2 Política de Importação

- Secretária de Comércio Exterior do MICT → formulação e implementação

- Departamento Técnico de Tarifas (DTT) e da Secretária da Receita Federal (MF) → aspectos tributários

#### **1.5.1.3 Política Tecnológica**

- Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) conduzido pela Secretária de Política Industrial do MICT
- Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica do Setor Industrial (PACTI) conduzido pela Secretária de Tecnologia do MICT

#### **1.5.1.4 Política de Investimento e Reestruturação Industrial**

- BNDES e outros bancos oficiais → financiamento de longo prazo
- Programa Geral de Apoio a Indústria → financiamento de capital fixo e de giro ligado a projetos de implantação e extensão da capacidade produtiva
- Programa de Reestruturação Empresarial → financiamento à fusão, incorporação e aquisição de empresas industriais com o objetivo de aumentar a competitividade.

#### **1.5.1.5 Política de Infra-estrutura Econômica**

- Ministério dos transportes, de Minas e Energia e de Comunicações → formulação da política

Empresas estatais ou autárquicas (Companhia Docas, Rede Ferroviária Federal, DNER, Sistema Telebrás e Sistema Eletrobrás → implementação da política.

#### **1.5.1.6 Políticas de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas**

- Lei no. 8.864/ de 23/3/94

Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Media Empresa (SEBRAE).

#### **1.5.1.7 Política Educacional e de Capacitação e Treinamento**

- SENAI (iniciativa privada).

### **1.5.2 Instituições Específicas da Política Setorial**

A Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) do Governo Collor criou mecanismos para promoção de setores selecionados, sob a forma de complexos industriais : (GUIMARÃES, 1996, p. 9)

- a) o Programa de Competitividade Industrial (PCI); voltado para o desenvolvimento dos setores de tecnologia avançada e a reestruturação de setores industriais e serviços que possam alcançar preços e qualidade em padrões internacionais
- b) o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), voltado para programas de conscientização e motivação, de desenvolvimento e divulgação de métodos modernos de gestão empresarial, projetos e subprogramas

setoriais, de capacitação de recursos humanos, de adequação da infraestrutura de serviços tecnológicos e de articulação institucional.

O PCI não foi implementado. Apenas ocorreram reuniões no âmbito das Câmaras Setoriais, entre órgãos públicos e privados.

### 1.5.3 Instituições Específicas das Política Regional

Mecanismos: (VILLELA & SUZIGAN, 1996, p.47)

- Ministério da Integração Regional (MIR) através da Secretária de Desenvolvimento Regional → condução das políticas

Superintendências regionais (SUDENE, SUDAM, SUFRAMA) → implementação das políticas.

## 1.6 Elementos

A Confederação Nacional da Indústria (1993) enumerou alguns elementos “chaves” que tornam a Política Industrial completa :

- a) coordenação - Cooperação de setor público e privado para coordenação de iniciativas voltadas para transformação da indústria. Devem ser estimulados mecanismos de troca de informações, consulta, participação e mobilização.

- b) distribuição - Expansão do mercado interno e seus efeitos distributivos são importantes para se conseguir expandir a indústria com competitividade e alcançar o mercado externo.
- c) automaticidade - Privilegiar mecanismos seletivos, sejam eles de natureza fiscal ou de outra natureza, respeitando as limitações dos recursos numa ordem de prioridades preestabelecidas.
- d) transparência - As transferências de renda entre setores ou regiões dos recursos mobilizados pelo Estado devem ser submetidas a sociedade e se mostrarem transparentes através de orçamentos que identifiquem a fonte e o destino dos recursos.
- e) permanência e efetividade - As mudanças na Política Industrial levam tempo para produzir resultados. Os programas, então, devem apresentar continuidade, previsibilidade e capacidade de mobilização de recursos.
- f) normas internacionais - O fortalecimento de organismos internacionais podem implicar na restrição ao uso de instrumentos da Política Industrial, que quando não aceitos podem dar origem a medidas de represália.
- g) proteção temporária e limitada - A proteção é limitada para setores e deve ser associada a prazos e metas prestabelecidas e devem ser dadas a setores eficientes que apresentem potencial para competitividade.
- h) configurações auto-sustentáveis - As ações do Governo devem ter influências positivas em setores de iniciativa privada para formar estruturas sustentáveis.

i) equilíbrio regional - É necessário políticas regionais de alocação do investimento para expandir pólos industriais que reforcem a capacidade competitiva.

j) capital Estrangeiro - O aumento da inserção internacional na economia implica na necessidade da revisão de diversas restrições existentes ao capital estrangeiro no país.

k) estímulo ao ambiente competitivo - Com objetivo de os empresários agirem sozinhos ou com parceria do estado implementando mecanismos de melhora da produtividade, é preciso que o Governo estimule, através de ações, quanto a redução dos obstáculos a competição interna, ampliação da mobilidade dos fatores e o aumento de recursos disponíveis.

l) não interferência nas decisões empresariais - As ações de parceria entre o Governo e o setor privado devem se voltar para o aumento de competitividade e não na interferência das decisões empresariais.

A base conceitual da política industrial servirá de base para os capítulos subsequentes, onde enfocaremos como os Governos do Ceará e a iniciativa privada estão tratando desse tema.

# SEGUNDO CAPÍTULO

## 2. Política Industrial do Ceará -Estruturação

### 2.1. Concepção

As três últimas décadas, devido, em especial, ao desenvolvimento da indústria, propiciaram mudanças profundas no quadro econômico brasileiro, com reflexos que se fizeram sentir de modo extremamente desigual nas diversas regiões do País.

O Estado do Ceará, dada a sua posição até então secundária no contexto da sócio-economia nordestina, vinha-se mantendo relativamente à margem das modificações observadas, bem ou mal, na estrutura econômica da região.

Em anos recentes, as administrações estaduais têm evidenciado forte interesse em alterar o carente quadro econômico do Estado, através da industrialização.

A partir de 1987, o setor industrial tomou novas formas pois ***“o novo Governo que assume reconhece que o Estado não tem a mínima capacidade de dar continuidade a uma política econômica e social sem que sejam corrigidas as distorções acumuladas até aquele momento,***

***como a desorganização administrativa do Estado, o desequilíbrio das contas públicas e a falta de um projeto de longo prazo para recuperação da economia”*** (Oliveira, 1995, p. 20).

Em vista disso, o Plano de Mudanças de Tasso Jereissati (1987- 1990) proporcionou o equilíbrio das contas públicas através da implantação de reformas administrativa, fiscal, patrimonial e de informática, obtendo assim credibilidade e permitindo conceder incentivos à instalação de novos empreendimentos industriais.

Através do seu Plano de Governo, a prioridade se voltou para o fortalecimento da economia para que possibilitasse a criação de empregos e melhoria do nível de vida da população carente. Além disso, atribui-se grande importância ao fortalecimento da iniciativa privada, voltando-se principalmente ao incentivo de plena utilização de fatores de produção ociosos, visando incentivar o desenvolvimento da indústria no interior, a consolidação do III Pólo Industrial e a implantação de grandes projetos industriais.

As micro e pequenas empresas foram enfatizadas por serem consideradas fontes geradoras de emprego ao serem expandidas e fortalecidas pelo talento empresarial.

O Plano Plurianual do governo Ciro Gomes (1991- 1994) dá continuidade às mesmas prioridades do governo anterior (com a manutenção do mesmo Secretário da Indústria e Comércio), sem ter sido elaborado um novo

Plano de Governo. O que aconteceu foi simplesmente um aprofundamento das diretrizes passadas. Entretanto, **“... algumas novas estratégias se afirmaram, como a busca firme da diversificação produtiva das empresas, a ampliação da captação de investimentos externos, uma política mais organizada para interiorização da indústria, maior transparência na relação entre os setores público e privado”** (SOARES apud OLIVEIRA , p.22)

No que se refere ao governo atual de Tasso Jereissati, com o Plano de Desenvolvimento Sustentável (1995 - 1998), suas propostas se voltam agora para reforçar mais ainda o setor secundário, desenvolvendo mecanismos para divulgação de oportunidades de investimentos industriais e incentivos de modo a induzir empresários locais a investirem no Estado, objetivando transformar o setor em um dos pólos mais dinâmicos da economia cearense (CEARÁ, SEPLAN, 1995, p.75). Assim sendo, procura-se viabilizar o fomento da política de interiorização do desenvolvimento, optando-se pela atração de novos investimentos, favorecendo a descentralização industrial. Com isso, contribuindo para atenuar as disparidades inter-regionais no Estado, tanto do ponto de vista de distribuição de renda, como de outros fatores que determinam a melhoria de vida das populações interioranas.

Portanto vamos tratar a seguir, mais detalhadamente, sobre a política industrial no atual quadriênio de Governo Tasso Jereissati.

## 2.2 Objetivos e Linhas de Ação atuais

Os objetivos básicos do Plano de Desenvolvimento Sustentável, relacionados à política industrial, convergem para os seguintes tópicos:

1. Intensificar a política de interiorização;
2. Induzir os empresários locais, nacionais e estrangeiros a investirem no Ceará;
3. Capacitar a mão-de-obra em todos os níveis técnicos e gerências;
4. Ampliar e mobilizar as áreas de ensino superior; Ciência e Tecnologia (C&T), na orientação para o desenvolvimento e melhoria de processos de qualidade, novos produtos, geração, absorção e transferência de tecnologias e
5. Estimular a produção de produtos primários em regiões do interior.

Para implantação dessas diretrizes, foram institucionalizados vários programas específicos.<sup>3</sup>

Em destaque, cabe citar o Programa de Promoção e Incentivo à Atividade Industrial, que objetiva captar investimentos e incentivar a atividade industrial através da divulgação de oportunidades de investimentos industriais, de incentivos fiscais e financeiros de apoio tecnológico, de mercado e de infra-estrutura, com enfoque para construção de outro porto marítimo e construção do

novo aeroporto, de modo que induza os empresários locais e estrangeiros a investirem no Estado.

Para incentivar a produção de produtos primários, foi criado o Programa de Irrigação e Pólos Agroindustriais, objetivando aproveitar 300 mil hectares potencialmente irrigáveis, associados a Agroindústria, e aproximar a mão de obra ociosa às indústrias, maximizando as oportunidades de emprego direto e indireto.

Vale mencionar ainda, mais três linhas de ação que complementam o apoio ao setor industrial:

- Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Indústria, com objetivo de capacitar e aprimorar a mão-de-obra em todos os níveis-técnicos e gerencias com o fim de que esse fator de produção venha a se constituir em significativa vantagem locacional na atração de novos investimentos, principalmente para o interior do Estado.
- Programa de Implantação de Capacitação Laboratorial que visa aprimorar a capacitação laboratorial das universidades e instituições de pesquisa, principalmente na área de tecnologias industriais básicas.
- Programa de Difusão Tecnológica, destinado a difundir conhecimentos no interior do Estado capacitando a mão-de-obra profissionalmente e

---

<sup>3</sup> CEARÁ, Secretária do Planejamento e Coordenação. Plano de Desenvolvimento Sustentável : 1995-1998. Fortaleza. Governo do Estado, 1995.

ensinando técnicas de gerenciamento com vistas à criação de pequenos negócios ou melhoria dos já existentes.

## 2.3 Questões estratégicas

A Federação da Indústria e Comércio.-FIEC juntamente com o Centro Industrial do Ceará - CIC elaboraram, em uma reunião realizada em 21/11/94, as estratégias bases para uma proposta ao Governo Tasso Jeireissati. As questões chaves discutidas sobre a política industrial são descritas a seguir:

- I. Estimulado pelo governo, o empresário cearense, aplicará corretamente sua poupança no desenvolvimento do Estado, transformando-o num pólo dentro da região;
- II. É preciso que a política de atração dos investimentos seja aprimorada e mais profissionalizada com a instrumentação institucional da SIC e do BEC, para que possibilite a mobilização da poupança pública e privada, tanto em nível local, nacional e internacional, para o desenvolvimento sustentável do Estado;
- III. A interiorização é uma estratégia importante porém deve ser feito priorizando potencialidades e estratégias;
- IV. Cabe ao governo “sinalizar” (incentivos, infra-estrutura, etc.) para que haja uma sincronia de esforços na formação de cadeias verticalizadas de indústrias;

- V. Necessidade de melhoria substancial da educação fundamental no Estado, orientada para a capacitação profissional, visando o desenvolvimento das atividades produtivas;
- VI. É importante estar em mente que o governo trabalha em conjunto com a iniciativa privada. O canal de comunicação entre os dois pode ser através do Pacto de Cooperação;
- VII. Há necessidade que o Estado cumpra a constituição destinando 2% do ICMS para a Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (FUNCAP), que os aplicará como complementação do aporte federal para ciência e tecnologia.

## 2.4 Reforma do Estado

Para implementar mudanças tão profundas, o Governo do Estado do Ceará, tinha como obrigação conseguir o respaldo político perdido, isto é, credibilidade, confiança, apoio e participação da população. Pensando nisso, o primeiro governo de Tasso Jereissati, fez uma ampla reforma administrativa, fiscal, patrimonial e de informática, redefinindo, criando e excluindo órgãos e Secretárias de Estado, para aumentar a produtividade da máquina administrativa, através de um planejamento de governo.

Diante da desorganização em que foi encontrada a máquina estatal em 1987, a ação governamental foi desenvolvida, primordialmente, no sentido de reorganização e reestruturação política e administrativa do Estado. Isto

significava eliminar o clientelismo político, o empreguismo no setor público, a má aplicação dos recursos do governo e a falta de transparência das ações estatais, práticas que caracterizavam a maneira de governar até então dominante no Ceará (CEARÁ, 1987, P.35) .

O maior desafio, logo, de primeiro momento, foi a redução de 40 mil cheques-salários, visando reduzir despesas com pessoal, que eram de 140% da arrecadação tributária, para 50%. O governador perdeu 90% do apoio da Assembléia ao por em prática a admissão de pessoas só por concursos públicos, o que dificultou bastante a implementação de mudanças profundas. (REBOUÇAS et.al, 1997, p.32)

Procedeu-se uma reestruturação da máquina administrativa. As Secretárias da Fazenda (SEFAZ), Planejamento e Administração foram refeitas, implantando-se uma reforma fiscal “forte”, pois o Estado não possuía mais crédito interno e nem externo e o tesouro devia quatro folhas de pagamentos (REBOUÇAS et al, 1997, p.33) .

Houve também uma reorganização de informática, substituindo-se o contrato com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) que operava muito lentamente, pelo trabalho do Serviço de Processamento de Dados do Estado do Ceará (Seproce), interligando-o com atividades da Sefaz.

Diante disso, foi revitalizado um sistema de planejamento - SEP, organizado de acordo com as necessidades do Estado. O seu funcionamento se dava da seguinte maneira: (CEARÁ, 1987, p.38-39)

- Órgão Central - formado pelo Conselho Estadual de Planejamento (Governador e os Secretários), de onde saíam as diretrizes gerais e específicas do processo de planejamento. Por outro lado estava a Secretária de Planejamento, acompanhando e avaliando as ações do governo.

- Órgãos Setoriais - composto pelas Secretárias Setoriais que trabalhavam articuladas com a Secretária de Planejamento, no sentido de coordenar o processo de planejamento nas suas respectivas áreas.

- Órgãos da administração indireta - sua função era apoiar a Secretária Setorial, suprindo-a de informações para o planejamento e redirecionamento das ações.

O Estado passou, com essas mudanças a investir mais em educação, saúde, estradas, saneamento básico em favelas e urbanização no interior. Adotando idéias elementares, como a de criar trabalho para microempresas, através de compras governamentais, da distribuição de kits de irrigação e de instrumentos de mineração.

Em relação ao Governo de Ciro Gomes, não foi elaborado um novo planejamento governamental, como já foi dito, porém o Estado ampliou investimentos em infra-estrutura e atraiu investidores do País e do exterior.

Já em 1995, quando Tasso Jereissati assume o Governo pela segunda vez, a credibilidade estava conquistada. A preocupação se volta para a escolha

das prioridades certas e como governar a ação pública de modo a maximizar os resultados da aplicação dos recursos da sociedade visando à promoção do desenvolvimento sustentável.

A marca da atual gestão está no aprimoramento das relações governo - sociedade, integração interna administrativa e articulação externa, de modo a garantir a democratização das ações e a otimização dos resultados perseguidos. Essa nova gestão é denominada “gestão participativa” e é composta pelos seguintes elementos: (CEARÁ, SEPLAN, 1995, p.2)

- a coordenação geral exercitada pelo próprio governador, e a coordenação executiva, compartilhada pelas secretárias de planejamento e do governo;
- a mediação governo-sociedade, composta por Conselhos de Participação da Sociedade (CPS), os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (CMD) em cada uma das 20 regiões em desenvolvimento e os conselhos de descentralização junto aos municípios e comunidades;
- a integração interna, exercitada através de Grupos de Trabalho Interinstitucionais (GTIs) que se reúnem para garantir a plena integração das ações e
- a articulação externa, que tem a função de facilitar a comunicação entre os segmentos público e privado e executar a

avaliação estratégica de oportunidade e ameaças, com o objetivo de captar recursos e obter apoio institucional.

Com o objetivo de ocasionar mudanças positivas através dessa nova forma de gerir, a ação pública busca perpassar a coordenação geral e a intragovernamental, por meio dos GTIs, dos CPS, do CMD e dos comitês comunitários.

## 2.5 Incentivos <sup>4</sup>

O governo do Estado do Ceará adquiriu respaldo político, equilibrou suas contas públicas permitindo, então, conceder incentivos à instalação de empreendimentos industriais.

Nos últimos anos vêm sendo adotados importantes medidas que têm refletido diretamente na mudança do perfil econômico do Ceará e, em especial, viabilizando a implementação de diretrizes e políticas estabelecidas para o setor industrial, consubstanciadas no Plano de Desenvolvimento Sustentável (1995-1998). Os incentivos mais importantes estão sintetizados abaixo :

### 1) Incentivo do FDI

O Fundo de Desenvolvimento Industrial -FDI foi criado em 1979 e é gerido

---

<sup>4</sup> Este item está baseado na pesquisa de SILVA, Mericio Alexandre de : Indicadores Econômicos e Oportunidades de Investimentos.Fortaleza, 1997, p.18-25.

pelo Banco do Estado do Ceará - BEC . Após **“o sucesso obtido no PLAMEG II, o FDI foi reformulado (não em sua essência) a fim de se amoldar a um novo modelo de desenvolvimento para o Estado do Ceará, onde a prioridade é a descentralização industrial, buscando levar a industrialização para o interior do Estado”** (VASCONCELOS, 1994, P.33).

O Plano de Governo atual do Estado prioriza a interiorização da indústria, incentivando também a implantação de empresas que mudem o perfil da indústria, visando destacar a economia cearense no plano regional e nacional.

O FDI entra nesse contexto como fonte incentivadora para atrair investimentos privados, propiciando ao investidor a possibilidade de financiamento parcial do Imposto de Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS).

As condições do FDI diferem conforme a localização da empresa industrial, segundo o quadro abaixo :

**Estado do Ceará**  
**Tabela 2-Renúncias Fiscais do ICMS segundo**  
**as regiões do Estado**

Localização do Investimento	Abatimento do ICMS	Prazo
Região Metropolitana de Fortaleza	45%	6 anos
Municípios distando até 300 km da Região Metropolitana de Fortaleza	75%	10 anos
Municípios distando entre 300km a 500km da Região Metropolitana de Fortaleza	75%	13 anos
Municípios distando acima de 500 km da Região Metropolitana de Fortaleza	75%	15 anos

**FONTE: SIC/CODECE**

Na região metropolitana de Fortaleza as indústrias são beneficiadas com um empréstimo de 45% do ICMS recolhido mensalmente pela empresa, com carência de 36 meses. Ao devolver cada parcela, o investidor terá um rebate de 40 % do valor devido, corrigido pelo Índice Mensal de Preços do Mercado (IGPM), calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Esse benefício dar-se á por seis anos ou setenta e duas parcelas, prorrogável por igual período em caso de ampliação da indústria.

Às indústrias localizadas fora da Região Metropolitana de Fortaleza, o FDI oferece um empréstimo de 75% do ICMS, recolhido, mensalmente, pela empresa, com carência de 36 meses. Ao devolver cada parcela, o investidor

terá um rebate de 75% do valor devido, sem qualquer correção por trata-se de indústria pioneira. O benefício dar-se-á por dez, treze ou quinze anos, caso a localização seja fora da Região Metropolitana-RMF, respectivamente, distando até 300Km, de 300 a 500km e acima de 500km.

## **2) Benefícios Específicos**

Em se tratando de benefícios específicos, o Estado do Ceará concede, dentro das peculiaridades de cada projeto, a isenção/diferimento de ICMS da importação de bens de capital para a indústria, mediante requerimento à Secretaria da Fazenda, sendo incorporado ao ativo fiscal da empresa a respectiva parcela do ICMS que só será recolhido à Fazenda Estadual no ato da alienação do bem.

## **3) Incentivos de Infra - Estrutura**

No que se refere a Infra-estrutura, o Governo garante às indústrias, de qualquer atividade ou origem, incentivo através de :

- ◆ Doação de terreno;
- ◆ Rede elétrica capaz de atender às demandas do consumo industrial, em classe e potência de acordo com o projeto;
- ◆ Suprimento de água bruta ou potável;
- ◆ Rede de Comunicação;
- ◆ Sistema de tratamento de esgoto;

- ◆ Malha viária interligada às estradas federais, cobrindo o acesso a quase todo o Estado;
- ◆ Acesso viário à estrutura ferroviária existente.
- ◆ Rede de gás natural (gasoduto de Paracuru);
- ◆ Ampliação de espaços ainda disponíveis para a instalação de indústrias.

Além desses incentivos e benefícios concedidos pelo Governo do Estado do Ceará, são oferecidas facilidades para acesso a fontes de financiamento como à SUDENE, FINOR e algumas linhas de créditos.

#### **4) SUDENE**

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, órgão que promove o desenvolvimento das indústrias, permite, por sua vez, a isenção de imposto de renda sobre os resultados operacionais da indústria por dez anos, bem como aplicação de imposto de renda gerado em outras regiões do país por empresas do mesmo grupo, através de ações do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) nos projetos do Nordeste.

## **5) FINOR**

O Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) beneficia pequenas, médias e grandes empresas através de incentivos fiscais e financeiros. O seu objetivo é contribuir para expansão da economia do Estado.

## **6) Linhas de Crédito**

Quanto as linhas de créditos, o investidor conta com o financiamento a longo prazo nas seguintes fontes:

- ◆ BEC - Banco do Estado do Ceará
- ◆ BNB - Banco do Nordeste do Brasil
- ◆ BB - Banco do Brasil S/A
- ◆ BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- ◆ CEF - Caixa Econômica Federal

### **6.1 BEC**

A política operacional do BEC é voltada, preferencialmente, para as micro e pequenas empresas do interior do Estado e da periferia de Fortaleza. Atua sob a forma de crédito orientado, conjugando apoio financeiro com assistência técnica gerencial. Suas principais linhas de crédito, na área industrial, são:

⇒ FUNDO CONSTITUCIONAL DO ESTADO - FCE

Destinado para às micro e pequenas empresas industriais, agroindustriais e de prestação de serviços de apoio à indústria. Origina-se na arrecadação do ICMS e, anualmente, tem direito a 0,75% do todo arrecadado pelo Estado.

⇒ FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - FDI

Voltado para ampliação do capital de giro de indústrias pioneiras no Estado, como metalúrgicas, empresas de granito e de fiação.

⇒ PRO RENDA

Referido programa é dirigido para os proprietários de pequenos negócios,

formalizados ou não, dos ramos de produção, comércio e serviços com o objetivo de gerar emprego. Para isso conta com o apoio parcerizado do Ministério de Cooperação Econômica da Alemanha e a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), de onde partem os recursos, e o governo do Estado fornece uma contrapartida financeira.

## 6.2 BNB

O BNB tem como missão impulsionar o desenvolvimento sustentável do Nordeste, através do suprimento de recursos financeiros e de suporte à capacitação técnica a empreendimentos da região.

É responsável pela operacionalização do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), além da criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI).

Sua linha de atuação é através da implementação de projetos na área industrial, agrícola e de infra-estrutura industriais, em parceria com o Governo Federal.

### ⇒ FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE - FINOR

O FINOR consiste em um conjunto de incentivos de redução e isenção do Imposto de Renda, traduzidos em apoio financeiro e empreendimentos produtivos. É uma renúncia fiscal de imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas, que fazem opção pelo investimento no Nordeste.

Serve de estímulo para as regiões mais desenvolvidas investirem nas menos desenvolvidas. É administrado pela SUDENE e operado pelo BNB, a quem cabe o desembolso dos recursos investidos na subscrição de debêntures, conversíveis ou não em ações.

⇒ FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

É a principal fonte de recursos do Banco. O FNE atua a nível regional financiando atividades produtivas da agricultura, pecuária, agroindústria, indústria, mineração e turismo no Nordeste.

Utiliza recursos provenientes de 3% da arrecadação do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados e são administrados pelo Banco do Nordeste do Brasil.

A estratégia para o Setor Secundário baseia-se na escolha de gêneros e ramos industriais que possam alavancar o crescimento da indústria nordestina. Assim sendo, a ação do FNE objetiva : ***“apoiar setores estratégicos e dinâmicos da indústria regional; consolidar os pólos industriais; estimular o desenvolvimento tecnológico; introduzir técnicas modernas de gestão e de organização da produção”***. (BNB apud Fraga, 1994 p.19)

⇒ FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT

O apoio financeiro que o FAT concede beneficia pequenos empreendimentos de trabalhadores autônomos, micro e pequenos empresários, pequenas associações e cooperativas de produtores da região, visando incrementar o desenvolvimento, a oferta de emprego e a geração de renda.

## ⇒ FUNDO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FUNDECI

O FUNDECI amplia a colaboração, tanto técnica como financeiramente, a projetos de pesquisa que procuram alternativas tecnológicas para a região semi - árida e a estudos voltados para o setor rural e industrial.

### **6.3 Banco do Brasil S/A**

Atua em áreas de interseção com o BNDES, constituindo-se, portanto, seu maior agente financeiro.

Sua principal linha de atuação é o Programa de Financiamento a Exportações (FINAMEX), do BNDES, mecanismo capaz de auxiliar as empresas do setor na colocação de seus produtos no exterior, possibilitando capital de giro para fabricação do bem a ser exportado, além da eliminação do risco político e comercial.

A FINAMEX tem como objetivo apoiar as exportações de máquinas e equipamentos que estejam cadastrados na FINAME e tenham índices mínimos de nacionalização, em valor, da ordem de 60%.

### **6.4 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES**

Sua ação é voltada para atender a indústria, agropecuária, infraestrutura, comércio e serviços com o objetivo de gerar emprego direto e indireto,

visando, principalmente, ampliar a competitividade, a organização da produção e desenvolvimento da comercialização externa.

O BNDES, no atual momento, destina a maior parte dos seus investimentos aos setores de infra - estrutura e serviços, devido a esses setores estarem despontando mais que a indústria.

### **6.5 Caixa Econômica Federal -CEF**

A linha de crédito da CEF está voltada, atualmente, para o capital de giro das pequenas empresas através do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará - SEBRAE - CE.

Há que se destacar também a relevância do papel da indústria privada como suporte do governo no processo de implantação de política industrial do Ceará.

## **2.6 Iniciativa Privada - Pacto de Cooperação <sup>5</sup>**

Segundo Behrman (1984) “ ***... uma condição necessária a uma política industrial bem sucedida, por conseguinte, é o consenso social sobre fins, baseado em permanente diálogo entre líderes do governo, empresas e trabalho, e exercício da competência de estadistas***”.

O empresariado cearense em sintonia com esse novo cenário e convencidos que o Estado brasileiro não podia ser responsabilizado pela

resolução de todos os problemas do País, se engaja num movimento chamado “Pacto de Cooperação “, cuja linha progâmica se constitui num fórum de debates, gerando idéias e projetos ou alternativas para os problemas do Estado. Ao mesmo tempo que as gestões de Tasso Jereissati e Ciro Gomes no Governo Estadual, desde 1987, sugeriam a necessidade de engajar parcelas significativas da sociedade, na construção de um Ceará melhor na medida que iam equilibrando as finanças e moralizando a máquina administrativa.

É desse modo que nasce o Pacto de Cooperação formado por vários segmentos da sociedade, dentre eles: empresários, trabalhadores, poderes públicos (executivo, legislativo, judiciários federal, estadual e municipal), centros de ensino e pesquisa (escolas, universidades, institutos, fundações), entidades comunitárias (associações, ONGs, sindicatos e movimentos sociais) e organismos/agências nacionais e internacionais que atuam de forma integrada entre si e com a sociedade.

A sua forma de atuar é de acordo com a eleição de prioridades, sendo, estas baseadas nas vocações e potencialidades do Estado. Os critérios para a eleição dessas prioridades são escolhidas da seguinte maneira: visão de longo prazo, pluralidade, pragmatismo, visão sistêmica, coragem de inovar, exemplaridade, efeito multiplicador, sentido social e postura ética.

Já, as potencialidades do Estado do Ceará são muitas, dentre elas :

---

<sup>5</sup> Maiores informações sobre esse assunto poderão ser encontradas em REBOUÇAS, Osmundo (et.al): Gestão Compartilhada. O Pacto do Ceará. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997, 184p.

- \* localização privilegiada em relação a Comunidade Econômica Européia e ao Nafta;
- \* sol o ano inteiro;
- \* água represada e solo agricultável;
- \* ventos abundantes e regulares para a geração de energia;
- \* extensa faixa litorânea (573Km)
- \* ambiente ecológico rico;
- \* diversidade de riquezas minerais e matérias - primas.

E em se tratando de vocações cearenses, as mais destacadas se convergem para o Turismo, Agricultura (área de fruticultura irrigada e agroindústria), granito (devido as reservas européias estarem desgastadas, abrindo espaço para colocação de produtos finalizados no Ceara) e pesca (lagosta e camarão).

A ação desse empresariado é desenvolvida através de três linhas básicas: o Econômico, Político e Social. As três trabalham de forma integrada com seus setores e atividades pois segundo eles ***“uma corrente não pode melhorar se melhorarmos apenas alguns dos seus elos. É essencial tratar os setores econômicos com suas inter-relações, entre si e com a sociedade”***. (REBOUÇAS, et al ,1997, p.21)

Além dessa integração entre setores e atividades é de suma importância, segundo o Pacto, uma mudança cultural para a construção de um Ceará melhor. O motor dessa mudança é gerado a partir da energia produzida

pela autoconfiança das pessoas e da sociedade, criando um novo ambiente, com novos conceitos e novos resultados, gerando novos valores, novas organizações e novas tecnologias.

## 2.6.1 Resultado das ações desenvolvidas pelo Pacto de Cooperação na área de Política Industrial <sup>6</sup>

### PÓLO DE GRANITO →

Foi implantado, em 1993, o Pólo de Granito no Estado do Ceará, resultado do movimento de parceria entre as empresas do setor graniteiro e o Governo estadual, incentivado pelo Pacto de Cooperação.

### EDUCAÇÃO →

As ações do Pacto tem se voltado para aproximar as entidades públicas e as entidades empresariais em torno da educação e trabalho como prioridade. Essa articulação está sendo conseguida , com facilidade, através da experiência de outros estados que conseguiram contornar as dificuldades de forma inteligente nessa área com vários projetos. No Ceará há vários projetos-piloto em funcionamento. Entre eles: Pacto pela Educação do Ceará e Pacto pela Escola e Agentes de saúde e cidadania. Nesse último projeto o Pacto

---

<sup>6</sup> REBOUÇAS, Osmundo (et.al): Gestão Compartilhada. O Pacto do Ceará. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997, 184p

articulou as secretárias de educação e saúde como forma de efetivar o aproveitamento de recursos.

#### ENGAJAMENTO DE JOVENS EMPRESÁRIOS →

A Associação dos Jovens Empresários (AJE) tem como objetivo formar novas lideranças, nova mentalidade empresarial com idéias novas, como por exemplo, assuntos sobre a globalização dos mercados e Qualidade Total.

O Pacto permite que essa associação participe de seu movimento, convivendo com divergências de opiniões, oferecendo a oportunidade de aprenderem como um interesse comum pode unir diferentes idéias e assim contribuindo para exercerem seu papel na formação de lideranças.

#### SECRETÁRIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SECITECE) →

A Secretária da Ciência e Tecnologia (SECITECE) se construiu no mesmo ambiente do Pacto de Cooperação, isto é, parceirizada com três universidades estaduais e os núcleos de tecnologia. Então pode-se dizer que o Pacto contribui como uma influência positiva na criação da SECITECE, principalmente, porque também prioriza as vocações e potencialidades do Estado.

### GRUPO DE INFORMÁTICA→

Através da idéia de criar dentro do Pacto de Cooperação um grupo para discutir questões de informática, contribuíram como incentivo para o trabalho cooperativo. Um exemplo disso, foi a junção da Universidade Federal do Ceará e a Fundação Cearense de Meteorologia com a Teleceará, que se uniram através da discussão de seus projetos (embora diferentes), através do Pacto e passaram a trabalhar integradas com o fim de otimizar investimentos.

### PROGRAMAS DE EMPREGO E RENDA→

O Pacto teve a iniciativa de implementar fóruns para debater a questão do trabalhador, reunindo várias entidades, dentre elas, sindicato dos trabalhadores, órgãos do governo e empresários, e assim, formando as mentalidades desses agentes sociais para uma discussão mais ampla, de modo a gerar uma maior eficiência nos programas destinados a criar mais postos de trabalho e renda para as pessoas.

### QUALIDADE NO SEBRAE E NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS→

Uma empresa de consultoria contratada pelo o SEBRAE para desenvolver um processo de gestão participativa e implantação de um padrão de Qualidade Total no SEBRAE, apresentou um trabalho excessivamente técnico. O Pacto entra nesse contexto através de um projeto desenvolvido para

o SEBRAE e o fez visualizar a nova percepção de Qualidade Total, isto é, o que faltava era uma nova cultura e sua internalização dentro da instituição. Com resultados positivos, o SEBRAE passou a difundir o Programa de Qualidade para as Micro e Pequenas Empresas.

Após visualizarmos os resultados da Política Industrial relacionados ao setor privado, é de suma importância checarmos, no próximo capítulo, o que foi feito no âmbito estadual, a partir dos objetivos e linhas de ações atuais apresentados nesse capítulo que se encerra.

# TERCEIRO CAPÍTULO

## 3. Política Industrial do Ceará-Resultados

### 3.1 Evolução Econômica do Estado do Ceará (1987-1996)<sup>7</sup>

Em termos gerais, o Ceará tem experimentado, desde 1987, uma fase de acentuado desenvolvimento econômico. Entre 1987 e 1995, o Produto Interno Bruto (PIB) evoluiu positivamente, acumulando um crescimento de 40,9%, o que corresponde a um acréscimo médio de 4,8% ao ano. No mesmo período, a economia brasileira cresceu apenas 12,2%, equivalendo a uma expansão média anual de 1,5%. O Ceará também supera o Nordeste, já que a região, também no mesmo período, cresceu 10,9%, implicando uma taxa média anual de 1,3%. (CEARÁ, SETECO, 1997).

Durante essa fase foi observado um aumento na importância relativa da indústria, uma redução no peso do setor agropecuário e um crescimento do terciário urbano que é de onde provém maior parcela da renda estadual.

---

<sup>7</sup> Apesar da importância para a economia, o turismo deixou de ser ressaltado nesse trabalho por fugir do escopo de sua essência.

No período de 1996, segundo estudos realizados pela Fundação Instituto de Planejamento do Ceará - IPLANCE, o comportamento da economia do Estado ficou acima do índice de 5,47% registrado em 1995, com uma taxa de 6,8%. Esse resultado foi fortemente influenciado por um crescimento significativo no setor industrial, que teve uma participação, na formação do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, de 28,03%, confirmando a sua importância para a economia local.

## 3.2 Políticas de Caráter Horizontal

### 3.2.1 Infra-Estrutura física relacionada a atividade industrial

Um dos pontos enfocados pelo Governo, em termos de induzir empresários locais e estrangeiros a investirem no Ceará diz respeito ao apoio infra-estrutural físico. Foram destaque a construção de outro porto marítimo e a do novo aeroporto Pinto Martins.

#### Porto do Pecém

O Complexo Industrial e Portuário do Pécem está sendo construído também pela necessidade de se conseguir uma ação mais efetiva em termos de industrialização pesada e de se querer dotar o Estado do Ceará de um núcleo de irradiação de desenvolvimento, através da promoção de atividades

industriais e assim, contribuir para redução de desemprego e fixação da população em seus municípios de origem .

A implementação desse projeto tem a parceria do Governo com Ministério dos Transportes, através de um orçamento de R\$ 220,0 milhões, oriundos do orçamento da União, e R\$ 20,0 milhões de recursos do Tesouro Estadual (CEARÁ, SEPLAN, 1997, p.103).

As etapas efetivadas em 1996 foram os estudos de impacto ambiental e de viabilidade técnica para execução do projeto da obra.

Em 1997, com o projeto concluído, tiveram início as obras da rodovia de acesso ao Porto (21Km), do Caminho de Serviço (17Km), do embarcadouro provisório para o transportes de blocos de rocha para o quebra-mar e do trecho em terra da Ponte de Acesso aos piers. (CEARÁ, SETECO, 1997, P.13)

## Aeroporto

O grande potencial turístico cuja à importância vem sendo focado a partir de 1987 pelo Governo do Estado terá grande incentivo com o novo aeroporto.

Essa obra torna-se uma obra urgente para a infra-estrutura do Estado, pois a sua conclusão promoverá o desenvolvimento econômico, mormente no que diz respeito ao turismo, elevando o nível de emprego e renda da população. A sua construção, pois, além de investimentos na indústria do turismo, terá reflexos também na agroindústria e no setor de prestação de serviços.

Segundo dados recentes, foram concluídas 70% do total da obra. O pátio de aeronaves de 162.000 metros, por exemplo, com capacidade para receber ao mesmo tempo 16 aviões, está pronto. O investimento desse complexo está em torno de R\$ 70 milhões e é resultado de uma parceria entre o Governo do Estado e a Infraero. A previsão de operacionalização é para janeiro de 1998.<sup>8</sup>

### 3.2.2 Capacitação da mão- de -obra e mobilização da Secretária de Ciência e Tecnologia e de seus órgãos vinculados.

Diante da explosão tecnológica que ocorre no mundo, o mercado de trabalho passou a ser altamente competitivo, exigindo que os trabalhadores estejam sempre atualizados.

O Governo do Estado do Ceará, em vista dessa necessidade, está atuando desde de 1995 através da Secretária de Ciência e Tecnologia (SECITECE) com a promoção de treinamentos e reciclagem da mão-de-obra industrial.

A SECITECE e seus sete órgãos vinculados (Universidade Estadual do Ceará - UECE, Fundação Universidade Regional do Cariri - URCA, Fundação Universidade Vale do Acaraú - UVA, Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial - NUTEC, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará - EPACE e a

---

<sup>8</sup> NOVO terminal de Fortaleza começa a operacionalizar em janeiro. Aeronews, Fortaleza, set .

Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa - FUNCAP) atuam na identificação da demanda tecnológica do sistema produtivo do Estado, criando condições para seu atendimento através da implementação de projetos e programas.

A constatação dos resultados desses programas e projetos não é fácil, devido serem recentes e não terem alcançado estágio de maturação. Porém alguns deles já tem algumas ações efetivadas.

### 3.2.2.1 Programa de Capacitação de Recursos Humanos

O objetivo desse programa é capacitar o homem tecnicamente para o trabalho e integrando-o no contexto da modernidade, através dos seguintes projetos :

- **Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs)**<sup>9</sup>

O Governo tem como meta a implantação de 40 Centro Vocacionais Tecnológicos em municípios cearenses, voltados para a transferência de conhecimentos técnicos nas áreas de serviços, de processos produtivos, bem como para reciclagem de professores da rede pública de ensino.

Os CVTs ministram dois tipos de cursos: os de caráter fixo (matemática, ciências, computação, iniciação empresarial e vocacional) e os volantes

---

1997 p.4-5.

<sup>9</sup> CEARÁ. Secretária da Ciência e Tecnologia. Relatório de Atividades - Bolsas Implantadas (s.l): Governo do Estado, 1997. 13 p.

(processamento de alimentos, processamento de peixes, eletricitista, bombeiro, mestre- de-obras, soldador, técnico agrícola e outros) .

De acordo com o relatório de atividades da SECITECE de 1996 a 1997, já se encontram em funcionamento 7(sete) CVTs nos municípios de Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Itaiçaba, Piquet Carneiro, Jucás, Orós e Aracoiaba, estando outros cinco em fase final de implantação, nas cidades de Itapipoca, Tauá, Jaguaribe, Quixadá e Ipú (quadro abaixo).

### Estado do Ceará

**Tabela 3- Número de Cursos Profissionalizantes ministrados nos municípios que compõem os CVTs**

CVTs	Cursos Profissionalizantes ministrados
Limoeiro do Norte	35
Tabuleiro do Norte	29
Itaiçaba	28
Piquet Carneiro	21
Jucás	23
Orós	24
Aracoiaba	11
<b>TOTAL</b>	<b>171</b>

**FONTE: SECITECE**

Como podemos constatar, os cursos profissionalizantes já estão em torno de 177 e estão sendo ministrados por bolsistas treinados pelo CVTs e CENTEC'S para atuarem nesses municípios. No quadro abaixo discriminam-se cursos das diversas áreas.

**Estado do Ceará**  
**Tabela 4- Relação dos Cursos Profissionalizantes ministrados nos**  
**CVTs**

ÁREA	CURSOS	HORAS
<b>INFORMÁTICA</b>	Básico em Informática	60
	Word	40
	Excel	40
	Internet	60
	Grasp - Multimídia	80
	Editoração Gráfica I	60
	Editoração Gráfica II	60
<b>ENGENHARIA CIVIL</b>	Bombeiro Hidráulico	60
	Artífice da Construção Civil	120
	Carpinteiro	60
	Eletricista	80
	Mestre de Obras	120
<b>ELETROMECCÂNICA</b>	Fábricas - Conhecimentos Básicos	80
	Soldagem	100
	Manutenção de Eletrodoméstico	90
	Bombas Hidráulicas	80
	Operadores de Máquinas e Equipamentos Agrícolas	80
	Refrigeração	80
	Mecânica Automotiva	80
<b>AGROPECUÁRIA E PESCA</b>	Produtor de Hortaliças	60
	Básico em Fruticultura	60
	Farmácia Viva	60
	Psicultura	48
	Piscicultura Intensiva em Tanques-Rede	60
	Técnicas Agrícolas	60
	Cuturas de Subsistência	60
	Apicultura	60
Processamento de Pescado	60	
<b>GESTÃO</b>	Gestão Empresarial - Iniciação	60
	Gestão Empresarial - Assuntos Específicos	90
	Gestão do Trabalho Autônomo e Informal	90
	Cooperativismo	60
	Administração Financeira	60
<b>OUTROS</b>	Básico em Secretariado	90

**FONTE: SECITECE**

**•Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC)**

A Secretária da Ciência e Tecnologia -SECITECE criou os Centro Regionais de Ensino Tecnológico -CENTEC'S nas unidades de Limoeiro do Norte, Juazeiro do Norte e Sobral visando formar técnicos de 2o.grau e tecnólogos de nível superior. Utilizando-se de avançados laboratórios, professores treinados, bibliotecas, computadores, como um meio de capacitar profissionalmente a mão-de-obra em áreas definidas como estratégicas e prioritárias para o desenvolvimento do Ceará.

O CENTEC de Limoeiro do Norte foi construído em uma área cedida pelo Governo do Estado, faltando para sua implantação somente alguns laboratórios.

O concurso público para esse centro ocorreu em 1996 e foram classificados 93 alunos e distribuídos nos seguintes cursos:

## Estado do Ceará

Tabela 5- Relação da Distribuição dos alunos (aprovados no concurso público) nos Cursos Profissionalizantes do CENTEC de Limoeiro do Norte.

<b>CURSOS/ ÁREA</b>	<b>No.</b>
<b>Eletromecânica</b>	<b>28</b>
<b>Irrigação</b>	<b>30</b>
<b>Recursos Hídricos</b>	
<b>Saneamento Ambiental</b>	
<b>Tecnologia de Alimentos</b>	<b>35</b>
<b>TOTAL</b>	<b>93</b>

**FONTE: SECITECE**

Encontra-se em fase inicial de reforma e ampliação o CENTEC de Sobral em uma indústria desativada . O imóvel foi adquirido pelo Governo do Estado.

No caso do CENTEC de Juazeiro do Norte aproveitaram-se as estruturas da Escola Técnica Federal do Ceará - Unidade de Juazeiro do Norte -UNED através do convênio entre o Ministério da Educação e Desporto -MEC, Escola Técnica Federal do Ceará e o Governo do Estado do Ceará. Atualmente, está se realizando as reformas.

O concurso para 1997 está sendo aplicado para os três centros, o total de inscritos girou em torno de 1.018 pessoas.

Por ainda estarem sendo realizado concurso de 1997 e os alunos de Limoeiro do Norte ainda estarem cursando, não se tem resultados em relação ao mercado de trabalho.

• **Centro de Formação de Instrutores (CFI)**

Implantado em Fortaleza e em pleno funcionamento, o Centro de Formação de Instrutores -CFI que tem como objetivo reciclar o quadro de professores e instrutores dos Centros Vocacionais Tecnológicos (atuantes no interior) com o apoio da Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial ( NUTEC).

Além da capacitação profissional, o NUTEC realiza treinamentos tecnológicos, a partir da necessidade de setores específicos do meio produtivo, com destaque para área de Qualidade.

Esse projeto tem apoio da Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (FUNCAP) no que diz respeito a formação de novos pesquisadores, servindo de estímulo à capacitação científica e autonomia tecnológica.

Os resultados apresentados são do período de 1996 a 1997, onde foram treinadas 134 pessoas com os seguintes cursos :

- ◇ Capacitação de Docentes para o PRÓ-CIÊNCIAS de Limoeiro do Norte;
- ◇ Capacitação de I instrutores dos CVTs;
- ◇ Curso de Informática para Instrutores dos CVTs;
- ◇ Curso de Biologia Experimental para Bolsistas do CENTEC;
- ◇ Curso de Química Experimental para Bolsistas do CENTEC
- ◇ Curso de Física Experimental para Bolsistas do CENTEC e

- ◇ Curso de Física Experimental para alunos da escola superior de Formação de Oficiais Bombeiro Militar.

### 3.2.2.2 Programa de Capacitação Laboratorial <sup>10</sup>

O aprimoramento da capacitação laboratorial das Universidades e Instituições de Pesquisa é uma meta do Governo pois é um meio de melhorar a vida dos habitantes do interior do Estado e já está sendo realizado através da SECITECE e recursos investidos com convênio da FINEP a instalação de microcomputadores, kits de Internet e laboratório em diversos CVTs e instituições públicas conforme o quadro :

**Estado do Ceará**  
**Tabela 6- Equipamentos instalados nos CVTs e instituições Públicas**

EQUIPAMENTOS	MUNICÍPIOS / INSTITUIÇÕES
148 microcomputadores	Icapuí, Marco, Maranguape, UVA, UECE, Corpo de Bombeiros, FAZ, SESA.
16 kits de Internet	Itauçaba, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte.
Laboratórios (Física, Química, Biologia, Eletromecânica)	Icapuí, Marco, Maranguape, Itauçaba, Limoeiro do Norte, Orós, Tabuleiro do Norte, Piquet Carneiro.
Recursos Investidos	R\$ 2.500.000,00.

**FONTE : SEPLAN**

<sup>10</sup> CEARÁ. Secretária do Planejamento e Coordenação. Mensagem à Assembleia Legislativa - 1997. Fortaleza : Governo do Estado, 1997.

### 3.2.2.3 Programa de Difusão Tecnológica (PRODITEC)<sup>11</sup>

O trabalho da PRODITEC é identificar a demanda tecnológica do sistema produtivo relacionado à qualificação profissional da mão-de-obra .

As prefeituras municipais, associações, cooperativas e entidades organizadas solicitaram ao PRODITEC cerca de 2.000 (dois mil) cursos profissionalizantes, de acordo com as potencialidades e vocações regionais, para execução no ano de 1997. Já foram realizados 917 cursos, com 16.506 pessoas treinadas só em 1997. Nos demais anos as metas atingidas foram:

**Estado do Ceará**  
**Tabela 7- Quantidade de Cursos realizados e pessoas treinadas no NUTEC no período de 1995 à 1997**

ANO	CURSOS REALIZADOS	PESSOAS TREINADAS
1995	498	5.976
1996	783	10.962
1997	917	16.506
<b>TOTAL</b>	<b>2198</b>	<b>33.444</b>

FONTE : NUTEC

<sup>11</sup> CEARÁ. Programa de Difusão Tecnológica - Plano Estadual de Qualificação ., 1997, 4 p.

As estratégias para inserção dos treinandos no mercado de trabalho se resume em: incentivo a criação de oportunidades de negócios, quer sejam microempresários informais ou autônomos; atuação mais intensiva junto aos municípios absorvedores de mão-de-obra qualificada e integração junto aos grandes projetos de desenvolvimento social do governo do Estado como um meio de inserir os treinandos no mercado de trabalho.

Os cursos profissionalizantes oferecidos pelo PRODITEC são em torno de 46 (quarenta e seis).

A partir das 5.976 pessoas treinadas em 1995, o PRODITEC executou uma pesquisa de campo nos municípios para constatar se as pessoas por eles treinadas estavam trabalhando ou não na área.

Pesquisaram 41% dos alunos treinados (gráfico 1) e constataram-se que 33% deles estavam trabalhando na área e 67% não estavam (gráfico 2).

Desses 33% foi perguntado qual a ocupação deles atualmente, 24% responderam que estavam empregados, 70% conseguiram montar seu próprio negócio (que é um resultado estimulante) e 6% tornaram-se micro-empresários (gráfico 3).

Dos 67% dos que não foram treinados e nem trabalhando na área (gráfico 2) foi indagado porque eles se encontravam fora da área, 40% afirmaram que não tinham recursos para montar seu próprio negócio; 40% procuraram emprego na área e não encontraram; 18% deram respostas

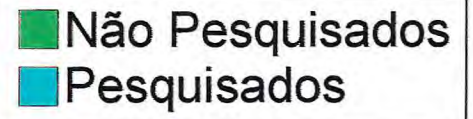
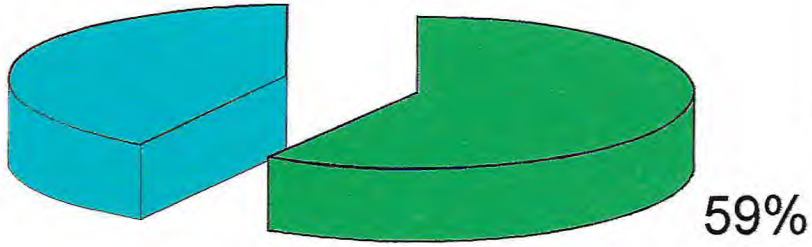
absurdas e 2% não se achavam capacitadas e nem preparadas para enfrentar o mercado de trabalho (gráfico 4).

A análise dessa pesquisa, visualizada nos gráficos em anexo, nos leva a conclusão de que o resultado dos cursos profissionalizantes apresentaram desempenho satisfatório, principalmente se levarmos em conta que o segmento da população beneficiada é de pessoas carentes, na sua maioria.

# GRÁFICO 1

(Alunos Treinados)

41%

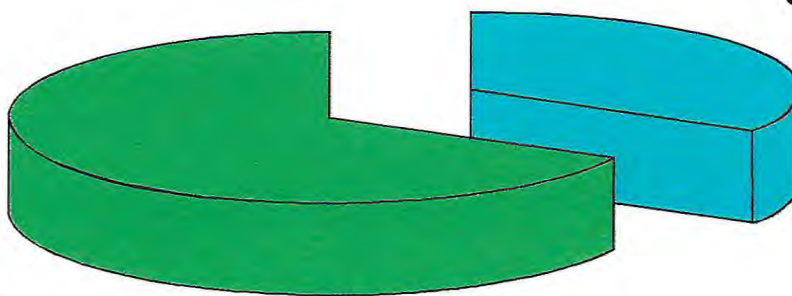


# GRÁFICO 2

(Trabalhando na Área)

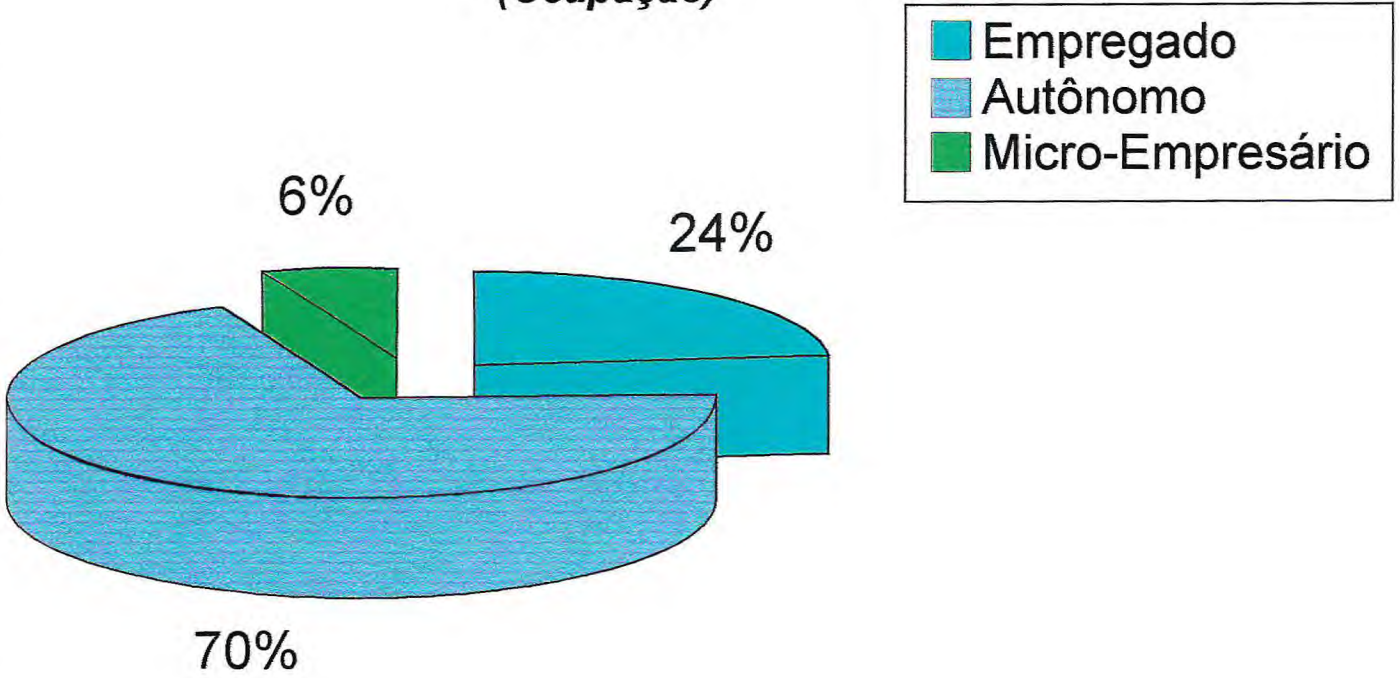
33%

67%



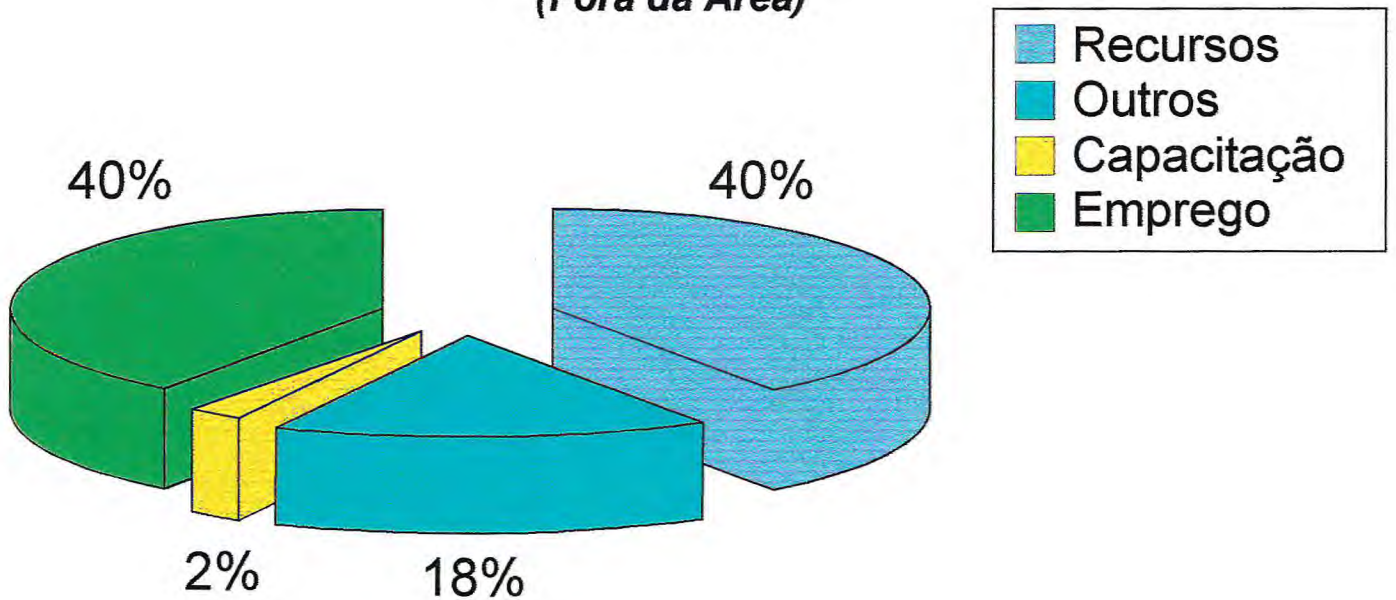
# GRÁFICO 3

(Ocupação)



# GRÁFICO 4

(Fora da Área)



### 3.3 Políticas de Caráter Vertical

#### 3.3.1 Política de Interiorização do Desenvolvimento

Vale destacar, como fator adicional do crescimento econômico, os resultados apresentados pelo Governo Estadual atraindo novas indústrias e descentralizando-as através da distribuição espacial pelos diversos municípios procurando contemplar municípios mais afastados dos grandes centros urbanos. O atual governo previa trazer para o Estado, até o final de sua gestão, 200 novas empresas. Essa meta foi superada, conseguindo-se atrair em dois anos 310 empresas, que gerarão 37.137 empregos diretos e 148.578 indiretos e envolvendo investimentos de quase R\$ 2,050 bilhões. ( CEARÁ, SIC /CODECE, 1997).

Vem sendo incentivado a implantação e a expansão de pólos industriais, como é o caso dos polos calçadistas de Canindé, Itapipoca, Maranguape, Iguatu, Quixeramobim, Santa Quitéria; do polo Metal-Mecânica de Juazeiro do Norte (essa reativação está em estudo); o pólo de Cosméticos, que será implantado em Maranguape e de Eletro-Eletrônico, também em Maranguape, em vias de expansão.

Em face de os governos de Tasso Jereissati e de Ciro Gomes seguirem as mesmas linhas de ação, convém nos atermos aos resultados mais recentes de modo que não se apresentem dados defasados.

**Tabela 8 - Estado do Ceará- Programa de Promoção Industrial e Atração de Investimentos**

R e g i o e s <sup>12</sup>	M u n i c i p i o s	M u n i c i p i o s	B e n e f i c i a d o s	E m p r e s a s	Investimentos		Empregos				RS / Empregos	
					RS <sup>13</sup>	%	D <sup>14</sup>	I <sup>15</sup>	Total	%	RS/ Empregos Totais	RS/ Empregos Diretos
R 1	9	9	177	1.629.728.364,00	53,62	31.719	128.336	160.005	51,31	10.185,48	51.380,19	
R 2	15	7	12	881.300.000,00	29,00	5.252	21.008	26.260	8,42	33.560,55	167.802,74	
R 3	8	1	1	3.489.996,00	0,11	54	216	270	0,09	12.925,91	64.629,55	
R 4	6	1	3	8.500.000,00	0,28	400	1.600	2.000	0,64	4.250,00	21.250,00	
R 5	10	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	
R 6	21	3	10	55.603.979,00	1,83	2.800	11.200	14.000	4,49	3.971,71	19.858,56	
R 7	6	4	6	13.660.000,00	0,45	1.671	6.684	8.355	2,68	1.634,95	8.174,75	
R 8	13	2	3	1.103.480,00	0,04	166	664	830	0,27	1.329,50	6.647,47	
R 9	6	5	46	188.481.755,00	6,20	7.488	29.952	37.440	12,00	5.034,23	25.171,17	
R 10	13	3	7	45.500.000,00	1,50	2.818	11.272	14.090	4,52	3.229,24	16.146,20	
R 11	7	1	2	835.000,00	0,03	194	776	970	0,31	860,82	4.304,12	
R 12	8	2	7	74.550.000,00	2,45	2935	11.740	14.675	4,70	5.080,07	25.400,34	
R 13	11	1	2	6.000.000,00	0,20	1.000	4.000	5.000	1,60	1.200,00	6.000,00	
R 14	7	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	
R 15	5	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	
R 16	7	1	4	11.452.159,00	0,38	1.129	4.516	5.645	1,81	2.028,73	10.143,63	
R 17	7	2	2	421.925,00	0,01	55	220	275	0,09	1.534,27	7.671,36	
R 18	12	2	8	67.526.000,00	2,22	2.393	9.572	11.965	3,84	5.643,63	28.218,14	
R 19	6	2	17	44.507.175,07	1,46	1.712	6.848	8.560	2,74	5.199,44	25.997,18	
R 20	10	2	3	6.631.658,00	0,22	306	1.224	1.530	0,49	4.334,42	21.672,08	
<b>TOTAL</b>	<b>187</b>	<b>48</b>	<b>310</b>	<b>3.039.291.491,00</b>	<b>100</b>	<b>62.092</b>	<b>249.828</b>	<b>311.870</b>	<b>100</b>	<b>9.745,38</b>	<b>48.948,20</b>	

FONTE : SIC/ CODECE

<sup>12</sup> As regiões estão descritas pelos municípios no anexo.

<sup>13</sup> Valores estimados

<sup>14</sup> Empregos Direto

<sup>15</sup> Empregos Indireto

A atual gestão dividiu o Estado do Ceará em 20 regiões, com o objetivo de planejar a interiorização, a partir das potencialidades de cada uma.

Conforme a Tabela 8, observa-se que dos 187 municípios localizados no Estado do Ceará apenas 48 estão sendo contemplados com instalação de indústrias.

Visualiza-se também uma maior concentração nas regiões próximas de Fortaleza, destacando-se a R1 ( Fortaleza, Maracanaú, Euzébio , Maranguape, etc) e a R9 (Horizonte, Pacajus, etc), apesar dos incentivos mais atraentes para os municípios mais distantes da Região Metropolitana de Fortaleza.

O investimento elevado na R2 é decorrente da implantação da futura siderúrgica no município de São Gonçalo.

Vale ressaltar que ao se tratar de empregos diretos e indiretos enquanto estes beneficiam diretamente a população local, aqueles que normalmente se referem a produção de insumos, podem ser oriundos de outros municípios, de outros estados e até do exterior. O que vai definir para onde esse emprego vai beneficiar é a natureza da linha de produção. Quanto a oferta de empregos, observa-se que algumas regiões apresentam melhor desempenho que as outras. Por exemplo, a R2 com investimentos previstos de metade dos investimentos da R1, apresenta um percentual de empregos de 16%, se comparado com os empregos oferecidos pela R2. Já a R9, com 11% de investimentos em relação à R1, apresenta uma oferta de empregos de 23%. A análise comparativa da oferta de empregos da região com pequeno número de

indústrias fica prejudicado. Merecendo destaque a indústria da Grendene (na R6) que apresenta uma elevada perspectiva de emprego em relação ao investimento aplicado. A explicação para essas aparentes diferenças quanto ao desempenho em relação a oferta de empregos, advém da maior concentração de empregos de alta tecnologia nessas regiões em que os índices de emprego são menores.

Como consequência das observações anteriores, a relação R\$/ emprego, apresenta divergências marcantes entre as regiões. Podemos destacar o exemplo da R2, que apresenta a maior relação R\$/emprego, exatamente pela exigência de alta tecnologia.

**Estado do Ceará**  
**Tabela 9 - Quantidade de empresas que estão funcionando nos municípios**

Empresas	No. de Empresas	Valor do Investimento	
		Total	%
Funcionando	70	557.742.117,10	18,35
Não funcionando	240	2.481.549.374,00	81,65
<b>TOTAL</b>	<b>310</b>	<b>3.039.291.491,00</b>	<b>100</b>

**FONTE : SIC/CODECE**

Segundo a Tabela 2, das 310 empresas somente 70 estão funcionando. Devemos concluir que esse descompasso na implantação da indústrias deve-se a vários motivos, dentre eles :

- algumas empresas são de grande porte e por isso têm implantação demorada e

- outras que fizeram opções mais recente da gestão do atual governo.

No quadro a seguir podemos visualizar as linhas de produção das regiões contempladas pela política de interiorização.

**Estado do Ceará**  
**Tabela 10- Classificação das Linhas de Produção por Regiões**

LINHAS DE PRODUÇÃO <sup>16</sup>	R E G I Õ E S																			
	1	2	3	4	6	7	8	9	10	11	12	13	16	17	18	19	20			
Extração de Minerais	●				●			●												
Transformação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	●							●	●				●	●	●	●	●			
Metalúrgica	●	●											●		●		●			
Mecânica	●							●							●	●				
Material Elétrico e de Comunicações	●							●												
Material de Transportes	●	●					●	●			●									
Madeira	●				●			●												
Mobiliário	●				●			●		●							●			
Papel e Papelão	●				●										●					
Borracha																				
Couros e Peles	●	●				●		●				●					●			
Química	●				●	●		●												
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	●																			
Perfumaria, Sabões e Velas	●							●												
Produtos de																				

<sup>16</sup> Enquadradas segundo IBGE, Classificação de Atividades e Produtos, Matérias-Primas e Serviços Industriais -CAI, versão 1985.

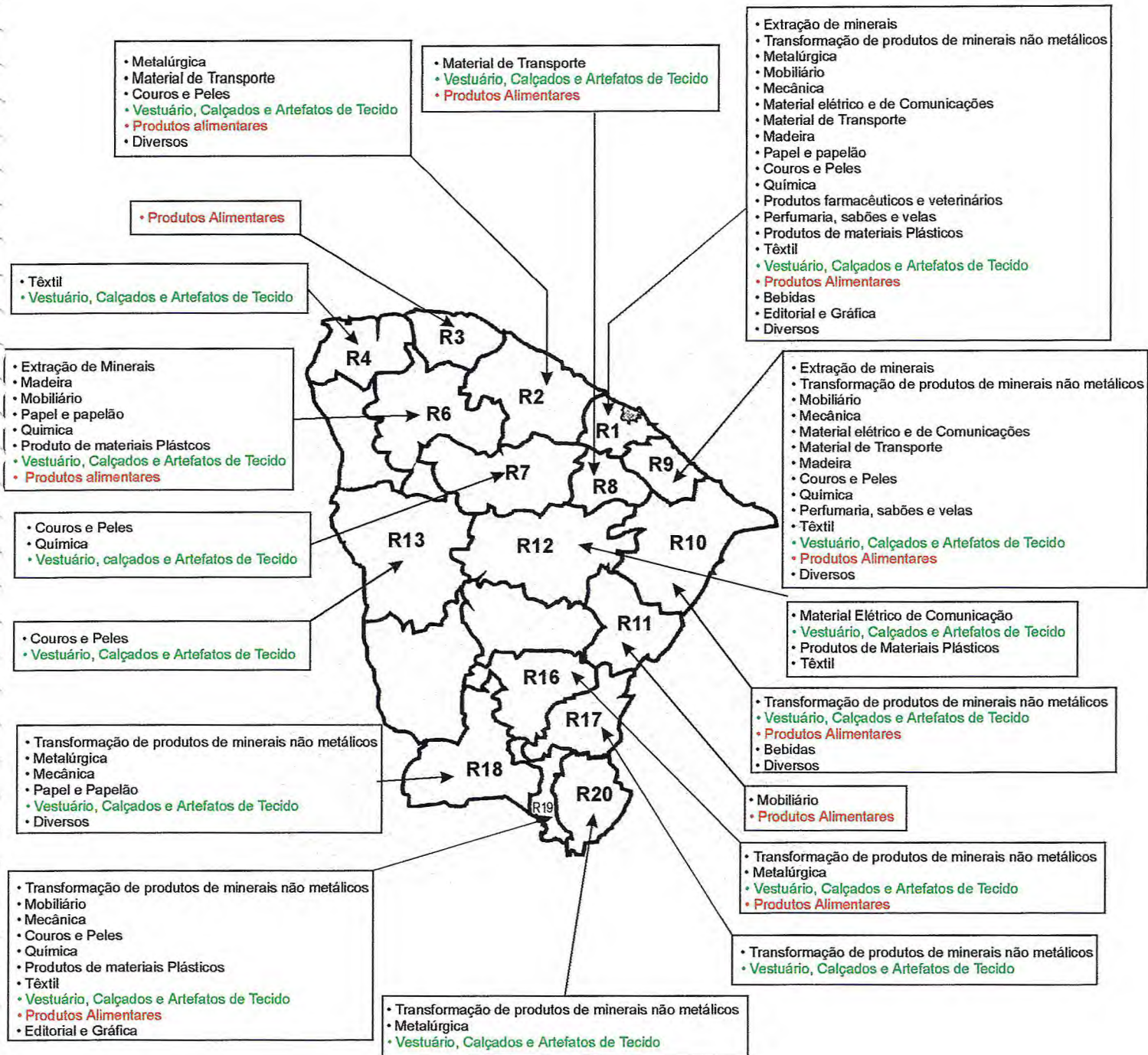
<b>Matérias Plásticas</b>	●				●						●					●	
<b>Têxtil</b>	●			●				●			●						●
<b>Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido</b>	●	●		●	●	●	●	●	●		●	●	●	●	●	●	●
<b>Produtos Alimentares</b>	●	●	●		●		●	●	●	●			●				●
<b>Bebidas</b>	●								●								
<b>Fumo</b>																	
<b>Editorial e Gráfica</b>	●																●
<b>Diversas</b>	●	●		●				●	●							●	

Observa -se que as regiões 1, 9 e 19 são bastante diversificadas em termos de atividades, em face de serem empresas atraídas pelas condições especiais de infra-estrutura, tais como, proximidade da BR 116, da ferrovia, do porto, do aeroporto, etc.

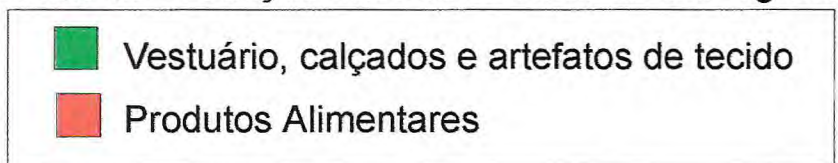
Através do mapa do Estado do Ceará, anexo, das 17 regiões interiorizadas verifica-se que 15 delas se concentram na linha de produção de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido, representando um percentual de 88,23% das regiões. Outro destaque está para os Produtos Alimentares que alcançou um percentual de 58,82%. Isso pode ser explicado devido tais empresas não exigirem mão-de-obra especializada, diferentemente das linhas produção de material elétrico e comunicações , mecânica e metalúrgica, por exemplo.

# MAPA

## Linhas de Produção das Regiões que compõem o Estado do Ceará Período 1995 - 1997



Linhas de Produção mais concentradas nas regiões:



FONTE: SIC/CODECE

### 3.3.2 Irrigação e Pólos Agroindustriais

O excedente esperado de matérias-primas oriundas de projetos de irrigação é um incentivo para os patrocinadores promoverem a instalação de unidades agroindustriais, pois essas unidades representam uma forma de organização e integração econômica capaz de garantir demanda para a produção agrícola e mesmo para os produtos finais da indústria.

O Estado do Ceará conta hoje com dois pólos agroindustriais que são o Baixo e Médio Jaguaribe e Acaraú/Curu. A área irrigada desses pólos tiveram um crescimento no período de 1987 a 1992 de 72,55%, com taxa média anual de 11,53%, comparados com o período de 1979 a 1985, com 162,78% e 6,69%, respectivamente. (SEARA, et. al, 1996, p.15)

A meta do atual Governo do Estado é aproveitar, juntamente com a iniciativa privada, 300 mil hectares irrigáveis, associados a agroindústria, em áreas que tenham solo potencial.

Segundo a Secretária da Agricultura e Reforma Agrária, o poder público e privado já conseguiram irrigar 60 mil hectares no Ceará até 1997, com estimativa de 180 mil empregos diretos e 120 mil indiretos. E estão sendo implementados cerca de 25 mil hectares através dos seguintes projetos:

- Tabuleiro de Russas - 10.666 ha
- Baixo Acaraú - 8.439 ha
- Araras Norte - 1.606 ha

- Jaguaribe Apodi - 2.500 ha

Também está sendo desenvolvido um esforço do Governo e Iniciativa privada na implantação, em 1998, de cerca de 100 mil hectares irrigados no Ceará, contemplando fruticultura, grãos e pastos para atendimento da pecuária bovina. Alcançando-se essa meta, registra-se-á a ocupação de 500 mil pessoas, considerando uma média de 5 empregos por hectare irrigado.

Admitindo - se que cerca de 30% dessa área se destinem à fruticultura, ou seja, 30 mil hectares, e que metade da produção a ser alcançada se destine à indústria de processamento ( agroindústria), isso gerará um contingente adicional da ordem de 75 mil empregos diretos e ainda 150 mil empregos indiretos.

## CONCLUSÃO

O escopo dessa monografia é apresentar os resultados da Política Industrial do Ceará, a partir dos pontos que atual governo do Estado (1995-1998) definiu como estratégicos. Para tanto fez-se um estudo dos objetivos a partir dos programas estruturantes relacionados à área industrial.

O primeiro ponto básico destacado pelo Governo está em intensificar a política de interiorização. Pode-se constatar que o objetivo vem sendo alcançado através da geração de empregos com destaque para a fixação do homem nas comunidades de origem, embora com sacrifício de renúncia fiscal. Deve-se levar em conta que essas receitas não podem ser consideradas perdidas, porquanto elas não existiriam se não houvesse a instalação de indústrias. Há que se notar também que as atividades distribuídas em regiões se concentram mais nas linhas de produção de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos e Produtos Alimentares o que pode ser explicado por não exigirem mão-de-obra especializada, diferentemente das linhas de produção de Material Elétrico e Comunicações, Mecânica e Metalúrgica, por exemplo.

Em relação às obras de infra-estrutura que também fazem parte do programa, estão em andamento, em estágios avançados, dentro dos cronogramas estabelecidos.

O segundo ponto diz respeito a irrigação e pólos agroindustriais. Constata-se que no aspecto de modernização da agricultura (agricultura de irrigação) os projetos estão sendo implementados com a velocidade que permite os recursos orçamentários do Governo Federal, há perspectiva da instalação de agroindústrias, que certamente acarretarão uma oferta de empregos onde distribuem-se as áreas irrigadas.

Por último, os resultados do trabalho da Secretaria de Ciência e Tecnologia e seus órgãos vinculados são visíveis, proporcionando ao mercado de trabalho um contingente de mão-de-obra especializado a nível técnico, atendendo às diversas demandas do mercado de trabalho.

Após a constatação de que a Política Industrial é por natureza controversa, podemos concluir que no caso do Ceará ela se adequa dentro das especificidades do Estado.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BONELLI, Régis. Uma Agenda de Política Industrial. In: PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA. Brasília: 1994, v.1.
- CEARÁ, Governo do Estado. Plano de Mudanças (1987-1991) . Fortaleza: Governo do Estado, 1987.
- CEARÁ, Núcleo de Tecnologia Industrial. Programa de Difusão Tecnológica - Plano Estadual de Qualificação, 1997, 4p.
- CEARÁ, Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária, 1996.
- CEARÁ, Secretaria da Ciência e Tecnologia. Relatório de Atividades - Bolsas Implantadas (s.l): Governo do Estado, 1997, 13p.
- CEARÁ, Secretaria da Indústria e Comércio/ Companhia de Desenvolvimento Industrial do Nordeste. Programa de Promoção Industrial de Atração de Investimentos. Fortaleza: Governo do Estado, nov/97, 24p.
- CEARÁ, Secretaria do Planejamento e Coordenação . Plano de Desenvolvimento Sustentável : (1995-1998) Fortaleza. Governo do Estado, 1995.
- CEARÁ, Secretaria do Planejamento e Coordenação. Mensagem à Assembléia Legislativa. Fortaleza: Governo do Estado, 1997.

- CEARÁ, Secretaria dos Transportes, Energia, Comunicações e Obras.  
Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Fortaleza :Governo do Estado, out/97, 15p.
- CNI. Custo Brasil. Revista CNI, mai/jun.1995.
- CNI. Política Industrial : Conceitos, Contexto e Princípios. Rio de Janeiro : CNI, 1993, 7p.
- FEITOSA, Paulo César Machado. A idéia de Política Industrial. In: CADERNOS DE ECONOMIA. Belo Horizonte : PUC-MG, 1992, v.1, n.5, 95p.
- FRAGA, Márcia Maria Castro Fraga. O FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste- e seus Impactos macroeconômicos. Fortaleza : FEAC, 1994.
- GUIMARÃES, Eduardo Augusto. A experiência recente da Política Industrial no Brasil : Uma Avaliação. Brasília : IPEA (TD- 109), 1996 .
- JOHNSON, Chalmers et.al . The industrial policy debate. San Francisco: ICS, 1984.
- NOVO terminal de Fortaleza começa a operacionalizar em janeiro. Aeronews , Fortaleza, sl ,1997, p4-5.
- OLIVEIRA, Luiz Antônio Gouveia de . Incentivos Governamentais e Crescimento do Segmento de Micro e Pequenas Empresas Cearenses ( Período de 1987 a 1994). Fortaleza: FEAC, 1995.
- REBOUÇAS, Osmundo (it. al) : Gestão Compartilhada. Pacto do Ceará. Rio de Janeiro: Qualitymark,1997,184p.

SILVA, Mericio Alexandre de : Indicadores Econômicos e Oportunidades de Investimentos. Fortaleza: IPLANCE, 1997, p. 18-25.

VASCONCELOS, Ricardo Nelson. FDI - Concepção e Contribuição para o Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará Fortaleza : FEAC , 1994.

VILLELA, Annibal V. & SUZIGAN, Wilson. Elementos para discussão de uma Política Industrial. Brasília : IPEA ( TD-421) ,1996, 52p.

## ANEXO

### Regiões do Estado do Ceará


REGIÃO 1	REGIÃO 2	REGIÃO 3	REGIÃO 4	REGIÃO 5	REGIÃO 6
Aquiraz Caucaia Euzébio	Amontada Apuiarés Itapajé	Acaraú Bela Cruz Cruz	Barroquinha Camocim Chaval	Carnaubal Croatá Guaraciaba do Norte Ibiapina Ipu	Alcântaras Cariré Coreaú  Forquilha Frecheirinha
Fortaleza Guaiúba	Itapipoca Miraima	Itarema Jijoca de Jericoacara Marco Morrinhos	Granja Martinópolis  Uruoca	São Benedito Tianguá Ubajara Viçosa do Ceará	Graça Groaíras Hidrolândia Irauçuba  Massapê  Meruoca Moraújo Mucambo Pacujá Pires Ferreira Reriutaba Santana do Acaraú Senador Sá Sobral Varjota
Itaitinga Maracanaú Maranguape Pacatuba	Paracuru Paraipaba Pentecoste S.G. do Amarante São Luís do Curu Tejussuoca Trairi Tururu Umirim Uruburetama				

REGIÃO 7	REGIÃO 8	REGIÃO 9	REGIÃO 10	REGIÃO 11
Canindé Caridade General Sampaio Itaitira Paramoti Santa Quitéria	Acarape Aracoiaba Aratuba Barreira Baturité Capistrano Guaramiranga  Itapiúna Mulungu Ocara Pacoti Palmácia  Redenção	Beberibe Cascavel Chorozinho Horizonte Pacajus Pindoretama	Alto Santo Aracati Fortim Icapuí Itaiçaba Jaguaruana Limoeiro do Norte Morada Nova Palhano Quixeré Russas São J.do Jaguaribe Tabuleiro do Norte	Ererê Iracema Jagaretama Jaguaribara Jaguaribe Pereiro Potiretama

REGIÃO 12	REGIÃO 13	REGIÃO 14	REGIÃO 15	REGIÃO 16
Banabuiú	Ararendá	Deputado Irapuan Pinheiro	Aiuaba	Acopiara
Boa Viagem	Catunda	Milhã	Arneiroz	Cariús
Choró	<b>Cratéus</b>	Mombaça	Parambu	Catarina
Ibaretama	Independência	Pedra Branca	Quiterianópolis	<b>Iguatu</b>
Ibicuitinga	Ipaporanga	Piquet Carneiro	Tauá	Jucás
Madalena	Ipueiras	Senador Pompeu		Orós
<b>Quixadá</b>	Mosenhor	Solonópole		Quixelô
<b>Quixeramobim</b>	Tabosa			
	Nova Russas			
	Novo Oriente			
	Poranga			
	Tamboril			

REGIÃO 17	REGIÃO 18	REGIÃO 19	REGIÃO 20
Baixio	Altaneira	<b>Barbalha</b>	Abaiara
<b>Cedro</b>	Antonina do Norte	Caririaçu	Aurora
Icó	Araripe	Farias Brito	Barro
Ipauimir	Assaré	<b>Juazeiro do Norte</b>	<b>Brejo Santo</b>
<b>Lavras da Mangabeira</b>	Campos Sales	Granjeiro	Jati
Umari	<b>Crato</b>	Jardim	Mauriti
Várzea Alegre	<b>Nova Olinda</b>		Milagres
	Potengi		<b>Missão Velha</b>
	Saboeiro		Penaforte
	Salitre		Porteiras
	Santana do Cariri		
	Tarrafas		

FONTE : SEPLAN

 Municípios atraídos pela Política de Interiorização